

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

ANNA PAULA DA TRINDADE DA SILVA

**A BRANQUITUDE: UMA PESQUISA DE CAMPO NA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO PAMPA, CAMPUS SANT'ANA DO LIVRAMENTO**

**Sant'Ana do Livramento - RS
2024**

ANNA PAULA DA TRINDADE DA SILVA

**A BRANQUITUDE: UMA PESQUISA DE CAMPO NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PAMPA, CAMPUS SANT'ANA DO LIVRAMENTO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Direito da Universidade Federal
do Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharel em Direito.

Orientadora: Prof. Dra. Vanessa Dorneles
Schinke

**Sant'Ana do Livramento - RS
2024**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

d586b	da Silva, Anna Paula da Trindade A branquitude: uma pesquisa de campo na Universidade Federal do Pampa, campus Sant'Ana do Livramento / Anna Paula da Trindade da Silva. 72 p. Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação) - Universidade Federal do Pampa, DIREITO, 2024. "Orientação: Vanessa Dorneles Schinke". 1. Direito Penal. 2. Racismo. 3. Raça. 4. Branquitude. I. Título.
-------	---

ANNA PAULA DA TRINDADE DA SILVA

**A BRANQUITUDE: UMA PESQUISA DE CAMPO NO CAMPUS SANT'ANA
DO LIVRAMENTO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso Direito da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para obtenção
do Título de Bacharel em Direito.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: dia, mês e ano.

Banca examinadora:

Profª. Dra. Vanessa Dorneles Schinke
(UNIPAMPA)

Prof. Dr. Sebastião Ailton da Rosa Cerqueira Adão
(UNIPAMPA)

Profª. Dra. Carmela Marcuzzo do Canto Cavalheiro
(UNIPAMPA)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à Universidade Federal do Pampa, que ao longo dos anos me presenteou de inúmeras formas, especialmente com uma educação pública, gratuita e de qualidade. Estar aqui e poder permanecer é um privilégio.

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Vanessa Dorneles Schinke, pela orientação e por me apresentar um tema tão necessário e sensível. Sou profundamente grata aos professores que enriqueceram minha formação, ampliando minhas perspectivas tanto profissionais quanto pessoais. Agradeço aos funcionários, que nos recebem diariamente com um sorriso acolhedor, tornando o nosso campus ainda mais especial.

Registro, também, todo o meu amor por cada um de vocês:

Aos meus pais, que são a condição essencial disso ser possível. Agradeço à minha mãe que me ensinou ser uma mulher forte e independente, e ao meu pai, que desde criança me ensinou a importância da educação. Obrigada por sempre acreditarem em mim.

Sou grata à minha irmã, que, por ser minha metade neste mundo, me inspira a dar o meu melhor.

Agradeço ao meu padrasto, que há sete anos me trouxe a Sant'Ana do Livramento e me acolheu como uma filha. Sua generosidade, incentivo e presença ao longo desta caminhada foram essenciais.

Ao meu amor, que cruzou meu caminho dentro da UNIPAMPA e me apresentou um mundo de possibilidades ao teu lado. Obrigada por ser tão amoroso, paciente, gentil, e por me fazer tão feliz.

Agradeço à Marcela, Júlia, Bruno, Manuela, Ana Maria, Juliana, Camilla e Camila por cada momento compartilhado nessa universidade. A amizade de vocês é essencial na minha vida.

Sou grata aos meus amores e fiéis companheiros: Tuquinho, Shelby e Flora.

Dedico, em memória, todo o meu amor pela minha avó, Dona Tereza. Uma mulher negra, forte, amorosa e trabalhadora, que me deixou doces lembranças da infância e uma imensa saudade.

Sinto-me profundamente grata por estar vivendo essa conquista.

“Fala-se muito na herança da escravidão e nos seus impactos negativos para as populações negras, mas quase nunca se fala na herança escravocrata e nos seus impactos positivos para as pessoas brancas.”

Maria Aparecida Bento (2022)

RESUMO

O presente estudo dedica-se a analisar as manifestações da branquitude nas relações e dinâmicas sociais dentro da instituição de ensino superior, especificamente no campus de Sant'ana do Livramento, da Universidade Federal do Pampa, no ano de 2024. Este espaço é considerado um local de reprodução das relações de poder. A branquitude é compreendida como uma construção sócio-histórica fundamentada na ideia da superioridade racial branca. Essa concepção perpetua sociedades organizadas em uma estrutura racista, resultando em posições de privilégios materiais e simbólicos. Ao discutir as manifestações da branquitude, o trabalho contribui para um debate mais amplo sobre questões raciais e a conscientização da comunidade acadêmica. Para alcançar esses objetivos, foi conduzida uma pesquisa quanti-qualitativa de caráter empírico, que incluiu uma revisão teórica abrangente sobre os conceitos de raça, racismo e os estudos críticos da branquitude. A pesquisa empírica foi realizada por meio de entrevistas com uma amostragem representativa de indivíduos, abrangendo discentes, docentes e funcionários. Essa abordagem permitiu coletar narrativas e percepções variadas sobre o que significa ser branco e como isso se reflete nas relações cotidianas dentro do campus. Assim, diante da análise das percepções dos entrevistados, constatou-se que a branquitude se manifesta de maneira sutil e estrutural dentro das dinâmicas desse contexto institucional.

Palavras-Chave: Branquitude, Raça, Racismo, Privilégios.

RESUMEN

El presente estudio se dedica a analizar las manifestaciones de la blanquitud en las relaciones y dinámicas sociales dentro de una institución de educación superior, específicamente en el campus de Santana do Livramento, en el año 2024. Este espacio es considerado un lugar de reproducción de las relaciones de poder. La blanquitud se entiende como una construcción sociohistórica basada en la idea de la superioridad racial blanca. Esta concepción perpetúa sociedades organizadas en una estructura racista, resultando en posiciones de privilegios materiales y simbólicos. Al discutir las manifestaciones de la blanquitud, el trabajo contribuye a un debate más amplio sobre cuestiones raciales y a la concienciación de la comunidad académica. Para alcanzar estos objetivos, se realizó una investigación cuantitativa y cualitativa de carácter empírico, que incluyó una revisión teórica de los conceptos de raza, racismo y los estudios críticos de la blanquitud. La investigación empírica se realizó a través de entrevistas con una muestra representativa de individuos, incluyendo estudiantes, docentes y funcionarios. Así, a partir del análisis de las percepciones de los entrevistados, se constató que la blanquitud se manifiesta de manera sutil y estructural dentro de las dinámicas de este contexto institucional.

Palabras clave: Blanquitud, Raza, Racismo, Privilegios.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Gráfico de distribuição em porcentagem da população por Cor ou Raça de 1872 a 2022.

Figura 2 – Gráfico de taxa de homicídios registrados de negros e de não negros por 100 mil habitantes de 2012 a 2022.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEERT - Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades

DIEESE - Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas

FGV - Fundação Getúlio Vargas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPEC - Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

ANEXOS

Anexo 1 - Roteiro De Entrevistas

Anexo 2 - Termo De Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 SOBRE RAÇA, RACISMO E SER NEGRO NO BRASIL	15
2.1 Raça e racismo	15
2.2 Sobre ser negro no Brasil	20
3 A BRANQUITUDE	31
3.1 Definições sobre a branquitude	31
3.2 O pacto narcísico da branquitude.....	39
4 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS	43
4.1 Apresentação da pesquisa	43
4.2 Análise dos resultados	45
4.3 Exercitando práticas de pesquisa empírica	61
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
6 REFERÊNCIAS	66
7 ANEXOS	70

1 INTRODUÇÃO

Enquanto o racismo contra pessoas negras e suas desvantagens é tema amplamente discutido, a branquitude consolida-se como um lugar de poder invisível, mas sempre presente, que permanece oculto e naturalizado. De maneira genérica, a branquitude refere-se à identidade racial branca, mas também significa uma posição onde indivíduos brancos adquirem privilégios materiais e simbólicos que sustentam a construção social e a reprodução do racismo (Du Bois, 1935; Frankenberg, 1999; Schucman, 2012; Bento, 2022). À luz desse conceito, torna-se essencial identificar e compreender como se dão as dinâmicas raciais no âmbito acadêmico, destacando as expressões da branquitude em suas diversas formas e contribuindo para o debate e a conscientização dentro da instituição.

A Universidade Federal do Pampa, uma instituição de ensino superior pública federal composta por dez campi, oferece o cenário para esta investigação, com foco específico no campus de Sant'Ana do Livramento. Localizado na região fronteira de Sant'Ana do Livramento/BR e Rivera/UY, esse campus é marcado pela singularidade da fronteira aberta, onde as dinâmicas sociais se entrelaçam entre a diversidade de culturas e identidades.

O presente estudo busca responder à seguinte questão de pesquisa: como a branquitude se manifesta no contexto acadêmico do campus Santana do Livramento? Em um ambiente que aparentemente celebra a diversidade, é necessário investigar como essa dinâmica de poder racial se reproduz, bem como identificar formas sutis de exclusão e privilégio.

Partindo dessa perspectiva, estabelece-se a hipótese de que a branquitude se manifesta de forma multifacetada no campus, em uma estrutura racista que perpetua a racialidade branca de modo subjetivo, estrutural e institucional. Para que a hipótese pudesse ser testada, adotou-se o método hipotético-indutivo, com uma abordagem quanti-qualitativa que permite, a partir de observações, identificar elementos que revelam a manifestação da branquitude no campus. Inicialmente, realizou-se uma revisão bibliográfica da literatura e do material teórico disponível, visando refletir sobre a branquitude a partir das contribuições centrais dos estudos críticos. Em seguida, a pesquisa empírica buscou esquematizar, qualitativamente, uma amostragem representativa que abrange as diversas concepções sobre o tema no campus, integrando perspectivas variadas para a compreensão das dinâmicas raciais.

O presente estudo justifica-se devido a sua extrema importância diante da necessidade de discutir e enfrentar as desigualdades étnico-raciais que perpetuam em nossa sociedade estruturalmente racista. Particularmente, as instituições de ensino superior assumem um papel

crucial na reflexão, transformação e nas ações de combate às desigualdades, ao passo que são espaços de reprodução de relações de poder.

Visando alcançar o objetivo geral, foram estabelecidos objetivos específicos que orientam a investigação. Esses objetivos visam, primeiramente, refletir sobre a abordagem conceitual de raça e racismo, evidenciando os seus impactos na vida de corpos negros. Em seguida, aprofunda-se a análise sobre o conceito de branquitude, examinando o arcabouço teórico dos estudos críticos da branquitude. Por fim, a pesquisa visa explorar as percepções de discentes, docentes e funcionários do campus, captando como a branquitude opera e se manifesta nas dinâmicas desse espaço.

A partir das narrativas dos entrevistados, revelou-se como a branquitude se manifesta de maneira sutil, mas profundamente enraizada nas relações sociais e institucionais do campus. Embora a maioria dos participantes reconheça a existência do racismo, poucos relatam ter presenciado situações discriminatórias, refletindo um apagamento da questão racial no cotidiano acadêmico. Além disso, muitos entrevistados não reconhecem os privilégios associados à sua branquitude, o que evidencia a normatividade dessa estrutura de poder que raramente é questionada.

A análise dos dados aponta para a necessidade urgente de desconstruir essas dinâmicas, destacando que o racismo institucional perpetua um ambiente de exclusão e desigualdade. Reconhecer a branquitude como uma estrutura de poder invisível é essencial para promover transformações efetivas nas relações raciais na universidade, visando um espaço mais inclusivo e equitativo para todos.

Este trabalho está estruturado em quatro capítulos principais. No primeiro capítulo, apresenta-se a presente introdução. O segundo capítulo aborda as definições de raça e racismo, além de discutir a realidade de ser uma pessoa negra no Brasil, fornecendo o contexto necessário para entender o cenário das relações raciais no país. No terceiro capítulo, estabelece-se o arcabouço teórico sobre a branquitude, apresentando suas definições conceituais e explorando as nuances desse fenômeno enquanto estrutura de poder. Por fim, o quarto capítulo dedica-se à apresentação da pesquisa empírica realizada no campus de Sant'Ana do Livramento, incluindo a análise dos resultados obtidos e reflexões sobre as manifestações da branquitude no ambiente acadêmico.

2 SOBRE RAÇA, RACISMO E SER NEGRO NO BRASIL

Compreender as dinâmicas sociais e raciais que moldam a sociedade brasileira exige a análise dos conceitos que fundamentam e estruturam essas relações. Neste capítulo, serão explorados os conceitos de raça e racismo, essenciais para uma reflexão crítica sobre as relações de poder e os privilégios raciais. A partir de uma revisão histórica, busca-se contextualizar a realidade da população negra no Brasil, evidenciando os processos que sustentam as desigualdades e as estruturas raciais vigentes.

2.1 Raça e racismo

O conceito de raça, elemento central das relações raciais, é originado do latim *ratio*, que significa categoria, isto é, racializar implica na categorização de algo. Etimologicamente, a palavra “raça” deriva do italiano *razza*. Nas ciências naturais, o naturalista Carl Von Linné (1701-1778) aplicou esse conceito para classificar vegetais e animais em espécies.

Segundo Munanga (2004), a noção de raça reflete as estruturas de poder de cada contexto social, assumindo significados diversos ao longo do tempo e lugar. Na história, o significado de raça assume diferentes interpretações, variando de acordo com o contexto histórico e geográfico. No latim medieval, por exemplo, o termo referia-se à linhagem, enquanto, em 1684, o francês François Bernier introduziu o sentido moderno do termo, classificando os seres humanos em grupos fisicamente contrastantes, tomando a cor da pele como elemento principal.

Nos séculos XVI e XVII, o clero e a nobreza, de um lado, se identificavam detentores de um sangue “puro”, enquanto de outro, a população restante era inferiorizada. No século XVIII, o período Iluminista marcou o surgimento de um movimento cultural que impulsionou mudanças políticas, sociais e econômicas fundamentando-se em debates centrados na racionalidade e no cientificismo. Os filósofos iluministas contestavam o monopólio do conhecimento detido pelo clero e os poderes da nobreza, retomando o debate sobre quem seriam esses “outros”, os recém descobertos nas explorações coloniais. Nesse contexto, emergiu a distinção filosófico-anropológica entre o homem “civilizado” e o “selvagem”, tornando-se uma base ideológica para legitimar o domínio europeu sobre esses povos colonizados, tomando a cor da pele como um dos principais elementos classificatórios.

À medida que a ciência progrediu, mais precisamente a Genética Humana, os estudiosos alcançaram respostas que demonstraram não haver diferenças biológicas que

justifiquem a classificação discriminatória entre os indivíduos com características distintas, como a cor da pele, traços dos lábios, nariz, o cabelo e até o formato do crânio. Em outras palavras, concluiu-se cientificamente que raças não existem. Para Munanga (2004), o cerne da questão reside na maneira como os naturalistas utilizaram esse conceito, ao hierarquizar pessoas:

A invalidação científica do conceito de raça não significa que todos os indivíduos ou todas as populações sejam geneticamente semelhantes. Os patrimônios genéticos são diferentes, mas essas diferenças não são suficientes para classificá-las em raças. O maior problema não está nem na classificação como tal, nem na inoperacionalidade científica do conceito de raça. Se os naturalistas dos séculos XVIII-XIX tivessem limitado seus trabalhos somente à classificação dos grupos humanos em função das características físicas, eles não teriam certamente causado nenhum problema à humanidade. Suas classificações teriam sido mantidas ou rejeitadas como sempre aconteceu na história do conhecimento científico. Infelizmente, desde o início, eles se deram o direito de hierarquizar, isto é, de estabelecer uma escala de valores entre as chamadas raças (Munanga, 2004, p. 5).

Como consequência, essa hierarquização posicionou indivíduos de determinados grupos étnicos e culturais como superiores a outros, impondo uma dinâmica de poder e dominação. No século XIX, a primeira crise do capitalismo levou a uma reconfiguração do ciclo da expansão colonial, resultando no chamado neocolonialismo. Nesse momento, as potências capitalistas direcionaram as práticas de dominação e invasão para a África, resultando na “partilha da África”, conforme estipulado na Conferência de Berlim de 1884. Assim, o discurso racial foi utilizado para legitimar uma história marcada por morte, destruição e dominação, que se estendeu até o século XX, corroborando com o discurso racial da Alemanha Nazista nos eventos da Segunda Guerra Mundial.

Embora a ciência tenha rejeitado a existência de raças como uma classificação biológica, a ideia persiste no imaginário social. Guimarães (1999) introduziu o termo “raça social”, definindo-o como “ construtos sociais, formas de identidade baseadas numa ideia biológica errônea, mas eficaz, socialmente, para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios” (Guimarães, 1999, p.153). Em outras palavras, embora a ciência moderna rejeite a raça como uma categoria biológica, a ideia persiste como um marcador social que legitima o racismo e as dinâmicas de exclusão.

Dessa forma, o discurso da inferioridade racial permanece enraizado na sociedade contemporânea. As crenças que sustentavam a ideia da inferioridade para justificar a escravidão deixaram um legado que vigora, perpetuando a concepção de que o lugar do negro é predeterminado como inferior. Isso resulta na naturalização da desigualdade, onde a

discriminação racial é parte estruturante da ordem política, econômica e social. Assim apontam Gonzalez e Hasenbalg (1982):

Esse perfil de desigualdades raciais não é um simples legado do passado: ele é perpetuado pela estrutura desigual de oportunidades sociais a que brancos e negros estão expostos no presente. Os negros sofrem uma desvantagem competitiva em todas as etapas do processo de mobilidade social individual. Suas possibilidades de escapar às limitações de uma posição social baixa são menores que a dos brancos da mesma origem social, assim como são maiores as dificuldades de manter as posições já conquistadas (Gonzalez; Hasenbalg, 1982, p. 98).

Em suma, o conceito de raça, enquanto marcador social das diferenças, legitima práticas discriminatórias que reforçam e perpetuam estruturas desiguais, opressivas e racistas. Conforme pontua Munanga (2023), “todo preconceito tem como matéria prima as diferenças”, o que evidencia que as distinções são instrumentalizadas para justificar a hierarquização e a exclusão social, fundamentalmente a de corpos negros.

Em resposta a essa realidade, a Constituição Federal de 1988 representou um marco nas questões raciais ao ser a primeira Carta a criminalizar expressamente o racismo no Brasil. Em seu artigo 5º, garante direitos fundamentais a todos, visando assegurar uma vida digna, livre e igualitária. Além disso, promove a tutela da igualdade material, que busca reduzir as disparidades reais entre os indivíduos por meio de ações específicas. O racismo é tipificado no inciso XLII do mesmo artigo, que estabelece a conduta como crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XLII - a prática do **racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão**, nos termos da lei (Constituição Federal, Brasil, 1988, grifo nosso).

A legislação brasileira de combate ao racismo é complementada pela Lei nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989, conhecida como Lei do Racismo, que criminaliza atos de praticar, induzir, injuriar ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Essa lei regulamentou o inciso XLII, do artigo 5º da Constituição Federal, conferindo caráter inafiançável e imprescritível às práticas racistas.

Por sua vez, o Estatuto da Igualdade Racial, instuído pela Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010, estabelece políticas de promoção de igualdade racial e combate à discriminação, oferecendo mecanismos de reparação para desigualdades históricas.

Embora o Brasil possua um robusto arcabouço legal contra o racismo, a efetiva concretização desses direitos ainda está distante de ser uma realidade plena. A mera existência dessas leis não assegura, por si só, a eliminação das práticas racistas profundamente enraizadas nas estruturas sociais e institucionais, que se manifestam de forma persistente no sistema de justiça, no mercado de trabalho, na educação, na saúde e na vida social da população negra.

No Brasil, falar de racismo é um tabu, uma vez que os brasileiros se imaginam em uma democracia racial, a qual seria fonte de orgulho nacional, e serviria, no nosso confronto/comparação com outras nações, como prova incontestável de nosso *status* de povo civilizado (Guimarães, 1995, p.26). O “mito da democracia racial”, difundido por Gilberto Freyre (1933), propaga a ideia falaciosa de que existe uma convivência racial harmoniosa no país, isentando a sociedade branca das responsabilidades por seus atos discriminatórios e culpabilizando a população negra. Essa narrativa não apenas oblitera a gravidade do racismo, mas também dificulta a compreensão da necessidade de políticas públicas eficazes para combater as desigualdades raciais, perpetuando um ciclo de negação e invisibilidade que ainda persiste nas relações sociais contemporâneas.

Portanto, é fundamental compreender o significado de racismo, que se refere a todas as formas de discriminação baseadas na ideia da superioridade étnico-racial. Essa discriminação resulta em desvantagens para alguns e privilégios para outros, perpetuando desigualdades materiais e simbólicas que se manifestam de forma complexa e multifacetada ao longo da história e das sociedades. O racismo está profundamente vinculado ao conceito de raça, uma construção social que hierarquiza as raças, fazendo com que uma prevaleça sobre a outra. Nesse sentido, destaca Munanga (2004):

Com efeito, com base nas relações entre “raça” e “racismo”, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence (Munanga, 2004, p.7).

Na perspectiva de Gonzalez e Hasenbalg (1982), o racismo é definido como a negação total ou parcial da humanidade do negro e de outros grupos não-brancos, servindo

como justificativa para a imposição do domínio sobre esses povos. Essa definição revela o poder de controle social e subjugação inerente ao racismo, que não apenas perpetua práticas discriminatórias, mas também limita a motivação e o nível de aspirações de pessoas negras, impactando sua mobilidade social (Gonzalez; Hasenbalg, 1982, p. 91).

Nessa linha de pensamento, Sueli Carneiro (2023) compreende o racismo como um dispositivo de poder nas sociedades multirraciais com um passado escravocrata, onde “se amalgamam as contradições de raça e classe” (Carneiro, 2023, p.58). Esse entrelaçamento reflete o racismo como um componente da formação da sociedade brasileira desde o período colonial, condicionando a população negra às posições mais desfavorecidas dentro dessa hierarquia social.

De acordo com o pensamento de Frantz Fanon (2008), o racismo se trata de uma estrutura tanto psicológica quanto colonial, que impacta profundamente a subjetividade do indivíduo negro. O autor analisa o racismo como uma manifestação cultural de sua época, o que hoje é compreendido como racismo estrutural, ou seja, práticas racistas enraizadas nas estruturas sociais, econômicas e culturais das sociedades ocidentais (Fanon, 2008, p.83).

A perspectiva do racismo institucional foi definida pelos ativistas Stokely Carmichael e Charles Hamilton (1967), na década de 60, no contexto estadunidense, como “a falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica”. Os autores propuseram um rompimento com a lógica racial individualista, alertando que o racismo institucional é “menos evidente, muito mais sutil, menos identificável em termos de indivíduos específicos que cometem os atos” (Carmichael; Hamilton, 1967, p.4).

Cida Bento (2002b) explora o racismo institucional nos estudos das relações raciais no Brasil, a partir de 1992, buscando compreender como as desigualdades se manifestam nas instituições por meio da escuta de vozes negras e brancas, especialmente a dos trabalhadores. Bento destaca que o racismo institucional é caracterizado por processos e mecanismos que perpetuam elementos que representam, majoritariamente, o homem branco. Nesses contextos, regras, normas, processos e ferramentas fortalecem e beneficiam sistematicamente àqueles que se consideram “iguais”, transmitindo uma herança escravocrata, no que ela denomina de “pactos narcísicos”.

Nesse estudo, essa perspectiva desempenha um papel crucial, uma vez que sua abordagem se concentra em uma instituição federal de ensino superior. Essa abordagem é o resultado de um processo histórico que perpetua desvantagens e privilégios entre grupos

raciais, preservados e reproduzidos nos domínios econômicos, políticos, culturais e sociais. Além disso, representa uma herança escravocrata que, aliada à falta de ações adequadas, continua a promover a exclusão de negros até os dias atuais.

A partir desses conceitos, compreendemos que o racismo é um processo que molda a formação dos sujeitos, cuja consciência está intrinsecamente ligada à sociedade em que estão inseridos. A construção de um imaginário social racista é constantemente reforçada por meio da educação, dos meios de comunicação, das instituições e da cultura, que desempenham um papel fundamental na perpetuação dessa representação. Por exemplo, na televisão, a mulher negra é frequentemente retratada como a empregada doméstica, enquanto, na literatura, são frequentemente omitidas da narrativa histórica, sendo resgatadas apenas na figura do escravizado liberto pelo herói branco.

Essas discussões conceituais nos permitem entender por que os negros são historicamente relegados a ocupações de baixa remuneração, vivem em áreas marginalizadas e enfrentam barreiras no mercado de trabalho. Eles têm acesso limitado à educação de qualidade e compõem uma parcela significativa da população carcerária. Essa realidade brasileira remonta a um passado em que brancos ocupam posições de poder, perpetuando e mantendo privilégios herdados, seja de modo consciente ou inconsciente.

2.3 Sobre ser negro no Brasil

A verdade é que não se pode compreender o presente sem revisitar o passado, pois a dimensão estrutural do racismo é resultado de eventos que requerem uma constante revisão e reflexão. Portanto, para contextualizar a realidade do que é ser negro no Brasil é necessário revisitar um passado, não tão longínquo, marcado por violência, racismo e exploração da mão de obra negra. A instauração da escravidão no Brasil ocorreu por volta de 1530, quando homens, mulheres e crianças africanos foram trazidos sob correntes, exercendo o seu papel de “força de trabalho”, para explorar a chamada nova terra (Nascimento, 1978, p.48). Nesse período, a dinâmica entre colonizador e colonizado era muito clara, delineada pela desumanização do colonizado, que era tratado como propriedade, pois era vendido, comprado, contabilizado, precificado, explorado, torturado, humilhado e assassinado. Embora a exploração também tenha sido vivenciada pelos indígenas, é essencial destacar que, neste trabalho, concentraremos nossa análise na exploração dos corpos negros.

Assim, a partir do século XVI, populações negras desembarcavam no Brasil para serem utilizadas como mão de obra na primeira atividade econômica da nova colônia

européia: as plantações de cana-de-açúcar. Esse período concentrou grande parte dos escravizados no nordeste do país, especialmente em Pernambuco e na Bahia. Mais tarde, a concentração se deslocou ao sudeste, devido às descobertas de minas de ouro em Minas Gerais. No século XIX, com o início do ciclo do café, as forças de trabalho escravo mantiveram-se concentradas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Nesse processo, o papel do escravizado foi fundamental para o desenvolvimento econômico do país, pois foram responsáveis por plantar, colher e servir todas riquezas dessa terra para o posterior desfrute dos brancos escravistas.

Por mais de 300 anos de escravidão, os corpos negros foram desumanizados, coisificados, comercializados e empregados para atender às demandas da aristocracia branca. A história dos negros no Brasil é caracterizada pela violência em todas as suas formas. A falta de alimentação, vestimentas inadequadas, moradias precárias, somadas aos castigos físicos, que resultavam em lesões e na propagação de doenças. Segundo Salles (2018) “a violência cotidiana, ou a ameaça dela, significava a principal marca da rotina da vida dos escravos. A rotina numa grande propriedade girava em torno de uma jornada de trabalho de cerca de quinze horas por dia”. De fato, o Brasil foi erguido por mulheres e homens negros e escravizados, em todo o seu processo de desenvolvimento econômico.

As condições de vida dos escravizados eram marcadas por uma brutalidade sistemática, onde a violência física era uma prática comum para manter o controle e a submissão. Nesses contextos, eram recolhidos em senzalas gradeadas, onde dormiam no chão sob constante vigilância. Aos domingos, tinham permissão para cultivar verduras e mantimentos para seu próprio consumo, embora parte dessa produção pudesse ser tomada pelos seus senhores. A alimentação era precária, composta por café, mandioca, verduras, feijão e, ocasionalmente, sobras de carne da casa grande. Àqueles que se rebelavam contra o controle escravista castigos exemplares eram dados com instrumentos de tortura, que anavallavam corpos negros seguido de salmoura, marcavam com ferro em brasa, mutilavam, estupravam e castravam, seguido de diversos métodos de sadismo requintado.

Instrumentos de tortura como a máscara de folha de flandres - máscara de zinco trancada a cadeado que cobria todo o rosto, com minúsculos orifícios na boca e nariz -, os anjinhos, anéis de ferro aparafusados a uma tábua para prender os polegares, ou os colares de ferro e madeira impressionaram artistas e viajantes tanto pelo grau de atrocidade quanto pela regularidade com que eram utilizados. De fato, embora os castigos físicos exemplares, entre os quais a imobilização em troncos ou os açoites em pelourinhos, que frequentemente culminavam na morte dos castigados, fossem aplicados em situações extremas como a fuga ou a rebeldia, o castigo, assim como o controle sobre as ações dos escravos, fazia parte do cotidiano da escravidão no

Brasil. Com ele os senhores propagavam o temor entre seus escravos, na esperança de produzir "obediência e sujeição" (Schwarcz; Gomes, 2018, p. 149).

Os escravizados que trabalhavam na casa grande eram sujeitos a práticas específicas de violência, particularmente as mulheres. Essas mulheres prestavam serviços pessoais à família dos senhores, como cozinhar, lavar roupas, limpar a casa e servir. Ainda, a condição de gênero condicionava essas mulheres a funções como amas de leite, responsáveis pela amamentação e cuidado dos bebês das senhoras brancas. Essa função as submetia a ataques sexuais e frequentes humilhações, uma vez que conviviam diariamente nos espaços íntimos das famílias escravistas. Enquanto isso, seus próprios filhos eram privados dos seus cuidados, ficando sujeitos ao desmame, desnutrição e a morte.

Como a luta pela liberdade se manifestou em meio a um sistema de opressão tão brutal? A resistência se fez presente ao longo de toda a história da escravidão no Brasil, desde a travessia transatlântica. As estratégias de resistência eram diversas, incluindo fugas individuais ou coletivas, revoltas contra os feitores opressores, e a formação de quilombos — refúgios que não apenas ofereciam segurança, mas também funcionavam como centros de preservação cultural e de identidade. Esses atos não apenas demonstravam a resistência de um povo que se recusava a aceitar passivamente as violências dirigidas a eles, mas também refletiam a busca incessante pela liberdade, humanidade e dignidade que lhes foram arrancadas. Nesse cenário, os quilombos foram fundamentais na luta pela liberdade, sendo o mais conhecido o Quilombo dos Palmares, que se tornou um símbolo de resistência e autonomia. A Revolta dos Malês, considerada uma das maiores revoltas do Brasil colonial, destacou a luta organizada dos africanos e afro-brasileiros por liberdade e dignidade. A resistência durante a escravidão no Brasil é uma parte incontestável da história, um testemunho da força e resiliência de um povo que, mesmo diante de atrocidades, lutou bravamente pela sua liberdade, um legado que ressoa até os dias atuais na luta por igualdade e direitos.

Nesse contexto, o movimento abolicionista alavancou com a força de protagonistas como Zumbi dos Palmares, Ganga Zumba, Luís Gama, José do Patrocínio, Luíza Mahin, André Rebouças, José Luís Napoleão, Quintino de Lacerda, Tereza de Benguela, Aqualtune, Dandara e muitos outros homens e mulheres negros. No entanto, ao longo da história, suas significativas contribuições foram apagadas dando espaço à narrativa do herói branco. No ano de 2019, durante o maior evento cultural do nosso país, a Estação Primeira de Mangueira,

trouxe à tona essa distorção em seu samba enredo, buscando desmistificar os falsos heróis contados e reverenciados na história brasileira:

[...] Brasil, meu nego / Deixa eu te contar / A história que a História não conta / O avesso do mesmo lugar / Na luta é que a gente se encontra Brasil, meu denço / A Mangueira chegou / Com versos que o livro apagou / Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento / Tem sangue retinto pisado / Atrás do herói emoldurado / Mulheres, tamoios, mulatos / Eu quero um país que não está no retrato / Brasil, o teu nome é Dandara / E a tua cara é de Cariri / Não veio do céu / Nem das mãos de Isabel / A liberdade é um dragão no mar de Aracati [...] (Domênico, et. al, 2019).

De forma vergonhosamente tardia, o Brasil foi o último país do Ocidente a abolir a escravidão com a promulgação da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, assinada pela princesa imperial Isabel. Ao contrário do que a história conta, a lei não foi uma benfeitoria da princesa “salvadora”, mas resultado de uma intensa pressão dos movimentos abolicionistas internacionais e nacionais, influenciado pela árdua luta da resistência negra. Anteriormente, a Lei Eusébio de Queirós, em 1850, a qual nunca foi revogada, já proibia o tráfico negreiro, coibindo a manutenção dos escravos no território brasileiro e evidenciando a decadência do sistema econômico escravista.

O que as imagens deixam de contar, porém, é como não foram corpos dóceis que se sujeitaram ao sistema. Ao contrário do que revela a iconografia, marcou o sistema um verdadeiro toma lá dá cá, em que a escalada da violência da escravidão foi acompanhada pela mesma proporção na reação. Revoltas e insurreições sempre existiram, sendo algumas individuais - como os assassinatos, envenenamentos, suicídios e até abortos; outras mais coletivas. Uma das modalidades mais temidas foi a revolta aberta; movimentos em que escravos planejavam ações de invasão de vilas, cadeias; ataque aos engenhos e/ou forças coloniais e imperiais. Como se fosse o exemplo clássico "da exceção que confirma a regra", sabemos muita coisa sobre a Revolta dos Malês (1835), no coração urbano de Salvador, que mobilizou fundamentalmente africanos islamizados. Considerada a maior no Brasil, essa revolta escrava assustou sobremaneira a elite política imperial, determinando a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, que proibiu, em 1850, e mais uma vez, o tráfico negreiro e a contínua entrada de africanos no Brasil (Schwarcz; Gomes, 2018, p.29).

O suposto fim da escravidão trouxe a promessa de liberdade, mas não garantiu o fim da complexa relação de poder entre o colonizador e o colonizado. Para os senhores e senhoras de escravos, a liberdade se traduziu como um ato de ingratidão e desobediência. Sem garantias ou qualquer reparação pelas vidas massacradas, os corpos negros foram marginalizados e abandonados nas mazelas da sociedade brasileira, sem qualquer meio digno de subsistência, ou seja, sem trabalho, moradia ou alimentação. Assim retrata Nascimento (1978):

Não passava, a liberdade sob tais condições, de pura e simples forma de legalizado assassinio coletivo. As classes dirigentes e autoridades públicas praticavam a libertação dos escravos idosos, dos inválidos e dos enfermos incuráveis, sem conceder qualquer recurso, apoio, ou meio de subsistência. Em 1888, se repetiria o mesmo ato “Libertador” que a história do Brasil registra com o nome de Abolição ou de Lei Aurea, aquilo que não passou de um assassinato em massa, ou seja, a multiplicação do crime, em menor escala, dos “africanos livres (Nascimento, 1978, p. 79).

Segundo Nascimento, estimar o número de escravos trazidos ao Brasil é uma tarefa quase impossível. Isso não se deve apenas à ausência de estatísticas que demonstrem esse número, mas também a um evento marcante ocorrido em 1891. Nesse ano, Rui Barbosa, Ministro das Finanças na época, ordenou a destruição de todos os documentos e arquivos históricos relacionados à escravidão no país, numa tentativa de apagar um passado violento. Apesar disso, estimativas sugerem que em torno de 4,8 milhões de homens, mulheres e crianças foram trazidos ao país. Nesse processo, o Estado, em conjunto com os senhores feudais e a igreja, isentou-se das responsabilidades decorrentes da abolição e concentrou seus esforços em velar esse passado escravocrata. Para tanto, incentivou a imigração europeia visando promover o chamado “branqueamento” da população brasileira.

Medo semelhante assola o Brasil no período próximo à abolição da escravatura. Uma enorme massa de negros libertos invade as ruas do país, e, tanto eles como a elite sabiam que a condição miserável dessa massa de negros era fruto da apropriação indébita (para sermos elegantes), da violência física e simbólica, perpetuada por quase quatro séculos, pelas elites. É possível imaginar o pânico e o terror da elite que investe, então, nas políticas de imigração europeia, na exclusão total dessa massa do processo de industrialização que nascia, e no confinamento psiquiátrico e carcerário dos negros (Bento, 2002, p. 39).

A política de branqueamento foi implementada na sociedade brasileira como estratégia para reduzir a presença negra e compensar com a entrada de um excedente de população branca. Na recém-proclamada República Brasileira, o decreto n. 528, de 28 de junho de 1890, regulamentou a entrada de imigrantes indesejados da Ásia e da África. Essa legislação refletia a ideia da superioridade branca, pois a preferência por imigrantes europeus significava a “higienização” da composição étnica da população brasileira, composta por brancos, negros, amarelos e indígenas. Nesse sentido, a “higienização” da população poderia ser alcançada por meio da miscigenação com imigrantes brancos, uma vez que a raça branca era considerada superior. Essa ideia era influenciada pelos princípios do movimento eugenista, criado por Francis Galton. Apesar da roupagem científica, tais princípios eram baseados em concepções falsas que buscavam a “melhoria racial” por meio de práticas seletivas de reprodução.

Logo, acreditava-se que, ao longo das gerações, a mistura de brancos com negros, indígenas e asiáticos resultaria no gradual desaparecimento desses grupos “inferiores”, ou seja, todos aqueles que não eram brancos. Desse modo, o embranquecimento, além de ser visto como a solução para o “problema racial brasileiro”, tornou-se um projeto político:

O processo de mulatização, apoiado na exploração sexual da negra, retrata um fenômeno de puro e simples genocídio. Com o crescimento da população mulata a raça negra está desaparecendo sob a coação do progressivo clareamento da população do país (Nascimento, 1978, p.69).

No bojo do processo de formação de uma elite dirigente conservadora e racista, o conceito de branqueamento emergiu como uma via para o “progresso civilizatório” da sociedade, conforme as ideias propagadas por teóricos influentes na época. Nesse contexto, Cardoso (2008, p.42) destaca que, ao contrário de Nina Rodrigues, que se opunha à miscigenação com base na inferioridade biológica dos corpos negros, teóricos como Silvio Romero, Oliveira Viana e João Batista Lacerda apoiavam a miscigenação racial. Esses pensadores argumentavam que a miscigenação resultaria no desaparecimento gradual da população negra ao longo das gerações. De acordo com essa perspectiva, ao se relacionar somente com o branco, o mestiço não só evitaria a regressão social, como também contribuiria com o progresso da sociedade brasileira. De fato, o racismo e conservadorismo são indissociáveis, uma vez que a marginalização, criminalização e o extermínio do negro, bem como a oposição às políticas de ações afirmativas, são elementos que refletem os ideais conservadores da branquitude.

No período pós-abolição, emergiram novos mecanismos de desumanização da população negra, reforçando a manutenção da sua posição de inferioridade. O discurso de que “somos todos iguais” difundiu o mito da democracia racial, instaurando no imaginário social a ideia de que brancos e negros vivem em plena igualdade de direitos e oportunidades. Essa falácia recebeu status científico com a obra *Casa grande & Senzala*, de Gilberto Freyre (1933). Em sua obra, Freyre distanciou o racismo das relações sociais da sociedade escravista ao descrever uma convivência romantizada que resultou em uma cultura mestiça, influenciada por africanos, ameríndios e europeus, definindo contornos de uma fictícia identidade nacional miscigenada, pluralista e igualitária. Assim apontam Gonzalez e Hasenbalg (1982):

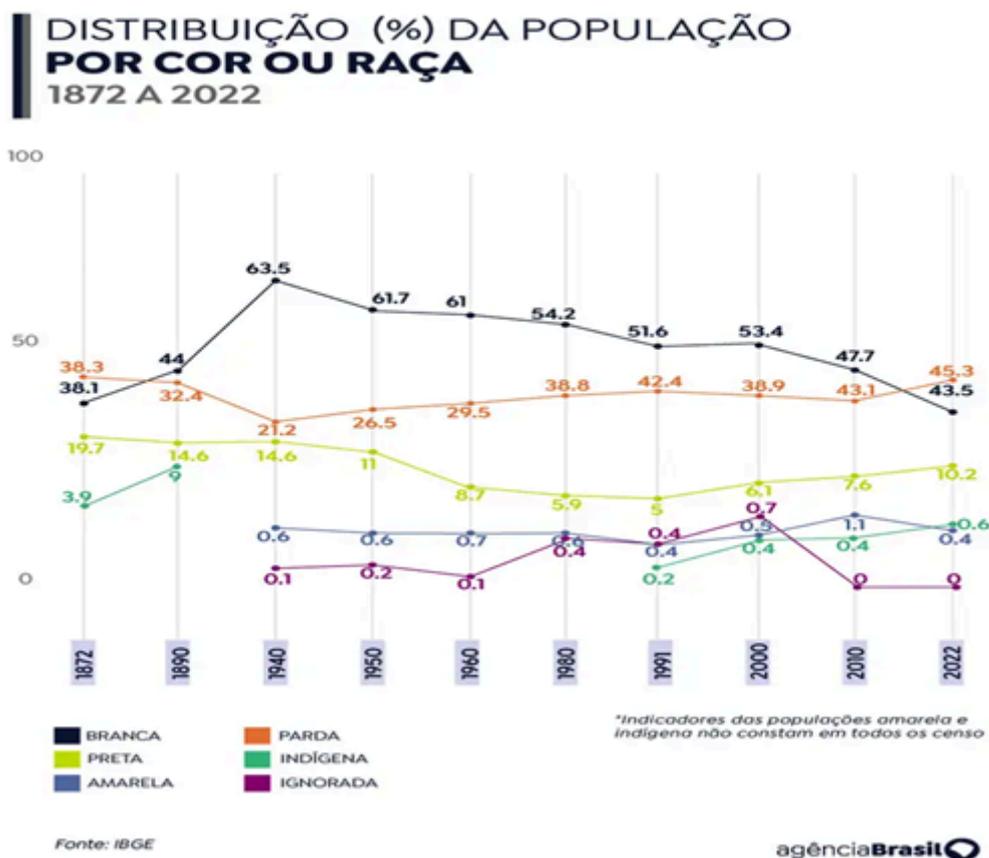
A atual versão oficial das relações raciais teve sua formulação acadêmica feita no início da década de 1930 por Gilberto Freyre. Ao destacar as contribuições positivas do africano e do ameríndio para a cultura brasileira, este autor subverteu as premissas racistas presentes no pensamento social do fim do século XIX e início do

presente século. Simultaneamente, Freyre criou a mais formidável arma ideológica contra o negro. A ênfase na flexibilidade cultural do colonizador português e no avançado grau de mistura racial da população do país o levou a formular a noção de democracia racial. A consequência implícita dessa ideia é a ausência de preconceito e discriminação raciais e, portanto, a existência de iguais oportunidades econômicas e sociais para negros e brancos (Gonzalez; Hasenbalg 1982, p. 84).

A partir desse momento, consolidou-se um discurso que passou a moldar as relações raciais no Brasil (Carneiro, 2023, p.58). Bem como, instaurou um tabu social em torno da discussão sobre o racismo, desconsiderando as desigualdades raciais e reforçando a falsa ideia de que a mistura racial eliminaria as discriminações e os privilégios racializados. No entanto, nossa história é um testemunho incontestável do racismo presente em nosso país. O racismo é perpetuado por uma herança secular de poder e privilégios que atravessa gerações, enquanto há uma tentativa sistemática de apagar as memórias e legados do período escravocrata. Os dados do Censo Demográfico 2022 revelam que a população negra¹, representa 55,5% do total da população brasileira (ver Figura 1), o que destaca a magnitude das pessoas impactadas em nossa sociedade. O IBGE, que utiliza a autodeclaração étnico-racial nas categorias: pretos, pardos, amarelos, brancos e indígenas, reflete, por meio desses dados, as nuances da identidade racial e as dinâmicas de exclusão e privilégio. Ainda, o Censo 2022 apontou uma mudança significativa no reconhecimento racial, com um aumento no número de indivíduos que se declaram pretos ou pardos, o que indica o fortalecimento da identificação racial e resistência ao apagamento histórico.

Figura 1. Gráfico de distribuição em porcentagem da população por Cor ou Raça de 1872 a 2022.

¹ Neste trabalho, o termo “negros” engloba indivíduos pretos e pardos, por compreender que a separação dessa classificação implica em uma negação da identidade negra.



Fonte: Agência Brasil (2022)

Esse reconhecimento racial desempenha um papel crucial na transformação da percepção da identidade negra, ressaltando a extrema importância dos debates e das lutas pela igualdade racial. Esses esforços, conduzidos por movimentos e vozes negras, são fundamentais para promover mudanças arraigadas e posicionar essas vozes no centro da narrativa. Como destaca Bento (2023):

Antes era [um significado] negativo e hoje vem associado a uma cultura plural, diversa, que acolhe outras. Agora é possível se reconhecer negro como uma coisa boa. A discussão disso tem vindo das vozes negras sacudindo a sociedade para olhar para aquilo que o país é (Bento, 2023).

Essa transformação representa uma conquista na luta pelo reconhecimento e a resistência contra a marginalização histórica, reforçando a importância do orgulho e da autoafirmação da identidade negra. Apesar dos avanços significativos, essa mudança ocorre em

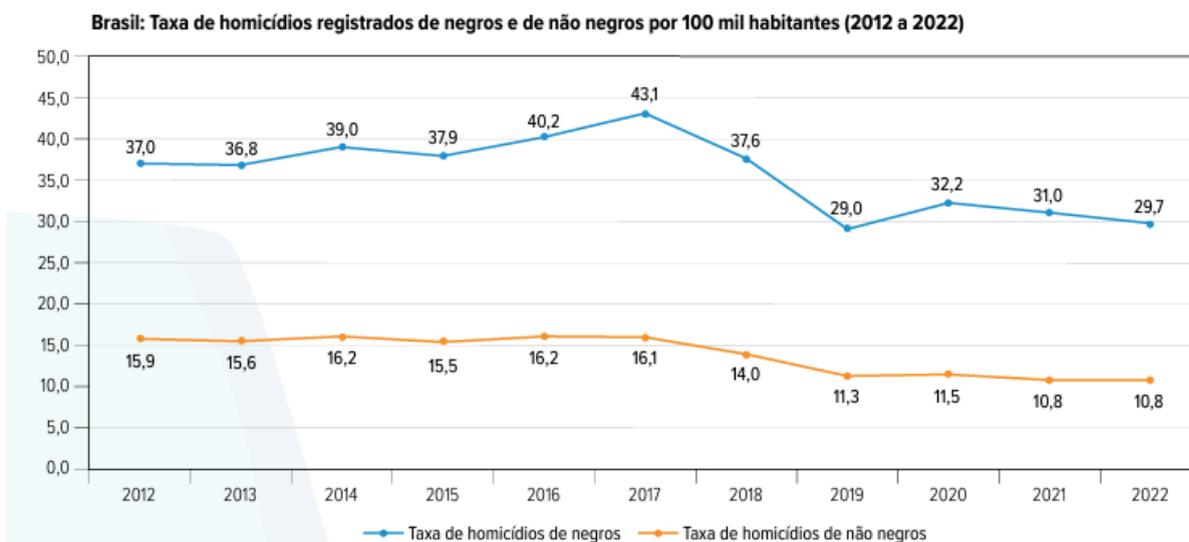
um contexto onde o racismo persiste de diversas formas. O reconhecimento da identidade negra cresce, mas as estruturas de opressão continuam impactando a sociedade. Para Gonzalez (2020), o racismo, como instrumento de exploração e opressão, se manifesta de duas maneiras nas Américas: o racismo aberto e o racismo disfarçado.

O racismo aberto, característico das sociedades de colonização anglo-saxônica, germânica ou holandesa, define a pessoa negra a partir de sua ancestralidade, e a segregação racial é a forma de operar a manutenção da superioridade branca. Já o racismo disfarçado ou por denegação, como classificado por Gonzalez, prevalece na América Latina, onde a miscigenação é utilizada para camuflar as hierarquias raciais e preservar a supremacia branca. Essa face do racismo está ancorada na miscigenação e utiliza a integração racial aparente para garantir a superioridade branca, sustentando hierarquias raciais disfarçadas sob a aparência de igualdade. No Brasil, essa negação é frequentemente sustentada pelo mito da democracia racial, que minimiza as disparidades raciais e dificulta o enfrentamento das questões raciais.

A persistência desse sistema impacta diretamente a vida da população negra. Cerqueira e Bueno (2024, p.52) observam que “a horizontalidade que a lei brasileira assegura estabelecendo a vedação à discriminação e à desigualdade, aplicada a quaisquer pessoas, acaba por relativizar o questionamento acerca da existência do racismo”. Embora a legislação busque promover a igualdade, ela esbarra em limitações práticas, desconsiderando as particularidades da vivência negra e enfraquecendo o combate real ao racismo.

Dados recentes do Atlas da Violência 2024, idealizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA, refletem a gravidade desse cenário. A taxa de homicídios entre a população negra é significativamente maior do que entre os não negros, evidenciando a agressividade da violência racial no país. Em 2022, 76,5% das vítimas de homicídios foram pessoas negras, ressaltando a exposição dessa população a condições de risco. Diferentes fatores influenciam na violência racial, mas é evidente que a cor da pele é um fator preponderante. (ver Figura 2).

Figura 2. Gráfico de taxa de homicídios registrados de negros e de não negros por 100 mil habitantes de 2012 a 2022.



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. O número de homicídios foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35 - Y36, ou seja, óbitos causados por agressão, intervenção legal e operações de guerra. O número de negros foi obtido somando pardos e pretos, enquanto o de não negros se deu pela soma dos brancos, amarelos e indígenas, todos os ignorados não entraram nas contas. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Observa-se as taxas de homicídios dispõe uma disparidade alarmante entre negros e não negros ao longo de todo o período analisado, apotando um pico de 43,1 homicídios por 100 mil habitantes, no ano de 2017, ilustrando um perfil de violência racial muito bem delineado. Esses dados evidenciam uma condição de abandono social em que se encontram os corpos negros, somada à ação ostensiva e repressiva do Estado, que, sob o pretexto de garantir a segurança pública, transforma essas pessoas em alvos permanentes. Esse cenário reforça uma lógica histórica de criminalização das populações negras, cuja vida é desvalorizada, legitimando práticas de controle que aumentam sua vulnerabilidade.

Outrossim, a desigualdade social no Brasil revela que a pobreza tem cor, e essa cor é negra. Dados recentes do IBGE mostram que, no último trimestre de 2023, o desemprego entre mulheres e pessoas negras superou a média nacional, enquanto a taxa de desemprego entre a população branca foi de 5,9%, entre pessoas pretas chegou a 8,9% e entre pardos a 8,5%. Além disso, a análise das linhas de pobreza monetária, conforme os critérios definidos pelo Banco Mundial, reforçam esse quadro de vulnerabilidade. Considerando a linha de pobreza de US\$ 5,50, a taxa de pobreza entre brancos foi de 18,6%, enquanto entre pessoas pretas o percentual atingiu 34,5%. Na linha de pobreza extrema, de US\$ 1,90 diários, a disparidade persiste, com 5,0% de pessoas brancas abaixo dessa linha, em contraste com 9,0%

de pessoas pretas e 11,4% das pardas. Esses dados evidenciam a relação direta entre raça e vulnerabilidade social no país. Essa desigualdade limita o acesso de negros a oportunidades de educação, saúde e emprego de qualidade, gerando um ciclo de vulnerabilidade e exclusão. Diante desse cenário, torna-se essencial a implementação de políticas públicas de inclusão e equidade racial para garantir que a população negra tenha acesso justo a oportunidades e serviços fundamentais.

Essa disparidade se reflete também no acesso ao ensino superior, onde pessoas negras enfrentam obstáculos para ingressar e permanecer nas universidades. Nesse contexto, a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida como “Lei de Cotas”, representou um marco na história das ações afirmativas no âmbito educacional e um passo importante na luta por equidade racial. Para Guimarães (1997, p. 233), ação afirmativa consiste em “promover privilégios de acesso a meios fundamentais – educação e emprego, principalmente – a minorias étnicas, raciais ou sexuais que, de outro modo, estariam excluídas, total ou parcialmente”. A lei garante a reserva de 50% das vagas em universidades e instituições de ensino federais para pessoas pretas, pardas, indígenas, pessoas com deficiência e estudantes de escola pública, visando reduzir o abismo educacional e social existente entre essas categorias.

Estudos do IBGE reforçam essa necessidade: a taxa de analfabetismo entre brancos é de 3,2%, enquanto entre negros esse índice atinge 7,1%. Ainda, dados da PNAD Contínua revelam que 70% das pessoas pretas e pardas, com idades entre 18 e 24 anos, não concluíram o ensino superior, em comparação a 57% entre os brancos. Isso resulta em apenas 2,9% de pretos e pardos com a conquista de um diploma universitário, comparado a 6,5% dos brancos. Embora a Lei de Cotas seja resultado de uma contínua luta do movimento negro, essa conquista muitas vezes não é reconhecida como tal, a qual é frequentemente vista sob uma ótica assistencialista. Segundo Guimarães (2008) essa oposição se baseia no “dilema nacional”, que, ao imaginar uma democracia racial e meritocrática, ignora as desigualdades estruturais. Nesse imaginário, a educação é encarada como o único fator para superar desigualdades, desconsiderando a persistência de obstáculos raciais e sociais que dificultam o acesso de negros a oportunidades equivalentes.

A resistência de parte da classe média e das elites a políticas afirmativas evidencia o desconforto em questionar o mito da meritocracia e a falácia de igualdade de oportunidades. Para essas classes, essas políticas representam uma possível ameaça aos seus privilégios e toda sua herança escravocrata. Ser negro no Brasil não é apenas uma questão de identidade

racial, mas significa enfrentar e resistir a um conjunto de desigualdades estruturais que atravessam o acesso a direitos fundamentais, como a vida, educação, saúde, moradia, alimentação e o trabalho. Em que pese os avanços e conquistas do movimento negro, o combate ao racismo permanece um desafio profundo e contínuo.

3 A BRANQUITUDE

Este capítulo dedica-se à exploração teórica do conceito de branquitude. Inicialmente, são abordadas definições fundamentais que situam a branquitude como uma construção histórica, social e cultural, marcada por privilégios muitas vezes invisibilizados para os sujeitos brancos. Em seguida, são apresentados os principais referenciais teóricos e debates contemporâneos sobre o tema, destacando as perspectivas brasileiras no campo dos estudos críticos da branquitude. Essa fundamentação é indispensável para estabelecer as bases conceituais que orientarão a análise dos dados empíricos nos capítulos subsequentes.

3.1 Definições e conceitos

A Branquitude é um conceito complexo que, se não bem compreendido, pode gerar confusão. Como enfatiza Schucman (2019), “É fundamental entender que esse é um termo que só faz sentido dentro da luta antirracista”. Inicialmente, ao refletirmos sobre os estudos da branquitude, compreendemos as complexas dinâmicas sociais permeadas por poder e privilégio, construídas historicamente e socialmente. De maneira genérica, há consenso entre os estudiosos de que a branquitude refere-se à identidade racial branca e uma posição de poder, na qual indivíduos brancos perpetuam privilégios materiais e simbólicos que corroboram para a construção social e reprodução do racismo (Du Bois, 1935; Frankenberg, 1999; Schucman, 2012; Bento, 2022a).

As raízes da branquitude remontam às relações coloniais do século XVI, quando se impôs o modelo civilizatório do homem branco europeu. Com um discurso fundamentado na cor da pele, criou-se uma identidade racial que reforçava a ideia de superioridade branca. Esse conceito consolidou-se ao longo de um processo histórico que entrelaçou culturas e etnias, formando novas nações enquanto exterminava outras, ao passo que aparelhava uma sociedade racista e segregacionista. Sobre esse processo, Bento (2022) afirma:

Assim, foi no bojo do processo de colonização que se constituiu a branquitude. Os europeus, brancos, foram criando uma identidade comum que usou os africanos, negros, como principal contraste. A natureza desigual dessa relação permitiu que os

brancos estipulassem e disseminassem o significado de si próprios e do outro através de projeções, exclusões, negações e atos de repressão (Bento, 2022, p. 17).

A emergência dos estudos sobre branquitude é relativamente recente, sendo impulsionada pela intensificação das produções científicas nos Estados Unidos na década de 90. Ainda que pioneiros, os estudos estadunidenses foram seguidos por produções acadêmicas sobre o tema na Inglaterra, na África do Sul, na Austrália e no Brasil (Cardoso, 2008). Nesse contexto, surgiu o campo dos estudos críticos da branquitude, que deslocou o foco dos grupos racializados vistos como os “outros”, para analisar aqueles que os racionalizaram: os brancos.

W.E.B. Du Bois (1935), sociólogo, historiador e ativista, foi um precursor na problematização da identidade racial branca. Em sua obra, *Black Reconstruction in America* (A reconstrução da América), publicado em 1935, posicionou o branco como objeto de estudo das relações raciais, ao examinar a dinâmica entre a classe trabalhadora branca e os trabalhadores negros, no contexto estadunidense. Dessa forma, compreendeu que a classe trabalhadora branca desfrutava de privilégios da elite branca ao pactuar com o racismo e se distanciar do trabalhador negro. Assim aponta Schucman (2014) comentando a contribuição de Du Bois:

Neste trabalho, o autor analisou a classe trabalhadora branca norte-americana do século XIX em comparação ao trabalhador negro. O autor apresenta uma dinâmica que entrelaça as categorias de raça, classe e status, demonstrando que a aceitação do racismo pela classe trabalhadora branca daquela época foi uma forma de se apropriar de benefícios, que Du Bois nomeou de salário público e psicológico, que resultavam em acessos a bens materiais e simbólicos que os negros não podiam compartilhar. Ou seja, os brancos trabalhadores, ao aceitarem a raça como um divisor dessa classe, aproximavam-se dos brancos de todas as outras classes sociais, dividindo com estes os mesmos acessos a lugares públicos, o mesmo direito a voto e, portanto, o mesmo status dado à branquitude (Schucman, 2014, p. 113).

Portanto, mesmo pertencendo à classe trabalhadora, indivíduos brancos obtinham acesso a vantagens simbólicas e materiais, que o autor descreve como “salário público e psicológico”. Esses privilégios se traduziam em benefícios econômicos e sociais, como a livre circulação em espaços reservados à classe dominante, o acesso a crédito e a um status social, benefícios inacessíveis para os trabalhadores negros. O racismo dos brancos, segundo Du Bois, permitiu ao trabalhador branco buscar um status social ao se distanciar do trabalhador negro e alienar-se de sua própria condição de classe explorada.

No segundo capítulo de sua obra *“Darkwater: Voices from within the veil”*, publicada em 1920, já havia consolidado bases importantes para a teorização da branquitude ao realizar uma inversão epistemológica nos estudos raciais, por meio do ensaio intitulado *“The Souls of White Folk”* (As almas do povo branco). Nesse texto, o autor analisou o branco rompendo

com as análises baseadas em aspectos biológicos e abordando a formação das identidades a partir de um sentido espiritual e cultural (Schucman, 2012).

As relações coloniais também desempenharam papel central nos estudos sobre relações raciais de Frantz Fanon (1952), referência nos estudos do colonialismo. Em sua obra *Peau noire, masques blancs* (Pele negra, máscaras brancas), publicada em 1952, Fanon argumenta, sob a ótica da psicologia, que a subjugação dos negros resulta em um complexo psicoexistencial, levando à não aceitação de sua própria cor e a um reconhecimento com a cultura do colonizador. O autor denomina “máscaras brancas” para descrever o processo de reconhecimento e assimilação, que resulta na internalização de um sentimento de inferioridade em relação aos brancos. Esse processo está diretamente relacionado à não aceitação de sua própria imagem, características físicas, cultura e, conseqüentemente, resulta em uma autorrejeição. Simultaneamente, a opressão colonial e a estrutura racista passaram a dominar subjetivamente os brancos, que incorporam um sentimento de superioridade em relação aos não brancos.

Fanon também apresenta o conceito de “duplo narcisismo”, no qual argumenta que o colonialismo distorce o reconhecimento de si mesmo, resultando em uma forte identificação racial. Segundo ele, “o branco está fechado em sua branquidade, o negro está fechado em sua negritude” (Fanon, 2008, p.27). Nesse sentido, cada grupo projeta sua identidade no outro: o colonizador se vê como superior, civilizado e virtuoso, enquanto o colonizado, por sua vez, internaliza a imagem de inferiorizado, desejando ocupar o lugar do colonizador. Essa dinâmica de alienação mútua aprisiona tanto o branco quanto o negro em projeções distorcidas e hierarquizadas de si mesmos. Tal ideia convida à reflexão sobre como grupos racializados são afetados por essa construção de raça. Por isso o autor se preocupa em libertar o branco de sua branquidade e o negro de sua negritude (Cardoso, 2010).

Nesse ponto, é importante destacar a diferença entre os conceitos de branqueamento e branquidade. Branqueamento trata-se de uma ideologia onde se propõe o desejo de ser branco, enquanto a branquidade é a identidade racial do branco, muitas vezes não problematizada (Cardoso, 2008). Conforme abordado no capítulo anterior, o branqueamento foi instrumentalizado como uma solução para a suposta ameaça ao futuro da civilização branca, particularmente pela elite branca brasileira, no final do século XIX e início do século XX. Visando embranquecer progressivamente a população por meio da miscigenação, Bento (2002a) afirma que, nesse período, a política também promovia a expectativa de um Brasil plenamente branco, uma vez que na ciência, nas artes e na imprensa, manifestava-se o medo

em relação ao crescimento da população negra e uma alta expectativa quanto aos resultados dessa política.

Munanga (1999) explica que a miscigenação é definida como uma troca de genes, de intensidade e duração variáveis, entre populações biologicamente contrastantes. A miscigenação constituiu uma etapa fundamental na busca pelo embranquecimento, pois o cruzamento entre brancos, negros e indígenas teria, entre outros efeitos, o objetivo de destruir a identidade racial e étnica desses grupos dominados.

A distinção entre branqueamento e branquitude, embora originada no contexto do século XIX, ainda reverbera na contemporaneidade, especialmente quando observamos as políticas de inclusão racial e as discussões sobre privilégio branco no Brasil. Enquanto o branqueamento, como projeto ideológico visava a eliminação das identidades negras e indígenas, a branquitude, em contrapartida, permanece como uma identidade racial que continua invisibilizada e naturalizada, isto é, ela é percebida como um padrão implícito e universal, se estabelecendo como uma referência dominante. Compreender essa diferença é crucial para os debates atuais sobre racismo estrutural, pois nos permite perceber os privilégios que acompanham a branquitude e, ao mesmo tempo, os desafios enfrentados pelos grupos racializados.

No Brasil, o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos (1957), em sua publicação *“Patologia social do “branco” brasileiro”*, introduziu uma perspectiva fundamental nos estudos das relações raciais no país, apontando os efeitos do racismo na construção da identidade do branco brasileiro. Ramos sustenta que a existência de uma patologia social entre os brasileiros caracteriza-se pela negação da descendência biológica ou cultural negra e uma forte identificação com a branquitude (Cardoso, 2010). Em um país como o Brasil, moldado pela colonização, há uma complexa e diversificada mistura de etnias. No entanto, o autor argumenta que essa identificação com a identidade racial branca resulta em uma patologia social, em que indivíduos pardos se identificam como brancos, e negros, como pardos. Essa identificação está diretamente relacionada à ideologia do branqueamento.

Durante esse período, Guerreiro Ramos também apontou a hierarquização presente nos estudos das relações raciais no Brasil. Para o autor, essa patologia afetava o campo de estudos, uma vez que apenas o negro era colocado como objeto de análise, deixando de lado a branquitude e seus efeitos nas dinâmicas raciais:

Há o tema do negro e há a vida do negro. Como tema, o negro tem sido, entre nós, objeto de escalpelação perpetrada por literatos e pelos chamados "antropólogos" e

"sociólogos". Como vida ou realidade efetiva, o negro vem assumindo o seu destino, vem se fazendo a si próprio, segundo lhe têm permitido as condições particulares da sociedade brasileira. Mas uma coisa é o negro-tema; outra, o negro-vida. O negro-tema é uma coisa examinada, olhada, vista, ora como ser mumificado, ora como ser curioso, ou de qualquer modo como um risco, um traço da realidade nacional que chama a atenção. O negro-vida é, entretanto, algo que não se deixa imobilizar; é despistador, profético, multiforme, do qual, na verdade, não se pode dar versão definitiva, pois é hoje o que não era ontem e será amanhã o que não é hoje (Guerreiro Ramos, 1957, p. 171).

O autor Albert Memmi (2007), em sua obra clássica *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*, também enfatizou a necessidade de posicionar o opressor como objeto de estudo, fornecendo bases significativas para os estudos da branquitude até a contemporaneidade. A perspectiva de Memmi dialoga com a de Fanon ao observar que a relação entre opressor e oprimido gera um sentimento de inferioridade na subjetividade do colonizado:

A primeira tentativa do colonizado é mudar de condição mudando de pele. Um modelo tentador muito próximo se oferece e se impõe a ele: precisamente o do colonizador. Este não sofre de nenhuma de suas carências, tem todos os direitos, beneficia-se de todos os prestígios, dispõe das riquezas e das honras, da técnica e da autoridade. Ele é, enfim, o outro termo de comparação, que esmaga o colonizado e o mantém na servidão (Memmi, 2007, p.162).

Memmi não se limita a analisar o colonizado e as consequências da opressão; ele também enquadra o colonizador, examinando as formas de opressão, os seus privilégios e o processo de construção de uma identidade racial centrada no branco, em detrimento da subjugação do negro. Essa perspectiva é essencial para compreender as dinâmicas de poder e dominação nas sociedades coloniais e pós-coloniais.

No âmbito dos estudos brasileiros sobre a branquitude, Lourenço Cardoso (2008), em sua dissertação intitulada *O branco "invisível": um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil*, defendida na Universidade de Coimbra, propõe que "a branquitude na sociedade brasileira significa ser poder e estar no poder, entre outras coisas" (Cardoso, 2008). O autor distingue entre dois tipos de branquitude: a crítica e a acrítica.

A branquitude crítica, presente na maioria dos brancos brasileiros, é aquela em que um indivíduo ou um grupo desaprovam publicamente o racismo, embora, em âmbito privado, essas pessoas não sejam necessariamente antirracistas. Em contraposição, a branquitude acrítica se refere à identidade branca, seja individual ou coletiva, que aprova e corrobora com a falácia da superioridade racial. Embora apoie práticas racistas ou seja conivente com elas, a

branquitude acrítica pode não se reconhecer como racista, pois, em sua compreensão, a superioridade racial branca é vista como uma realidade inquestionável (Cardoso, 2008, p. 178).

A abordagem conceitual de Cardoso nos convida a refletir sobre a ideia de que o racismo é uma construção social. A noção de que a branquitude foi consolidada como um lugar de superioridade racial é amplamente aceita entre diversos teóricos do tema. Essa construção é o resultado de processos históricos e culturais que naturalizaram a posição de poder dos brancos, reforçando a ideia de que a branquitude ocupa um lugar privilegiado nas sociedades. Essa reflexão nos leva a compreender que o racismo não é uma condição inata, mas um aprendizado social que sustenta as desigualdades raciais.

Lia Vainer Schucman (2012), compreende a branquitude como a construção das identidades raciais brancas, resultantes das relações sociais e históricas, marcadas pelo contexto social na qual estão inseridas. Em sua tese de doutorado, intitulada *“Entre o ‘encardido’, o ‘branco’ e o ‘branquíssimo’: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana”*, defendida na Universidade de São Paulo (USP), evidencia que a heteroidentificação do branco pode variar significativamente conforme o local e o contexto, ou seja, o sujeito considerado branco em um local pode não ser considerado em outro:

Definir o que é branquitude e quem são os sujeitos que ocupam lugares sociais e subjetivos da branquitude é o nó conceitual que está no bojo dos estudos contemporâneos sobre identidade branca. Isso porque, nesta definição, as categorias sociológicas de etnia, cor, cultura e raça se entrecruzam, se colam e se descolam umas das outras, dependendo do País, região, história, interesses políticos e época em que estamos investigando. Ser branco e ocupar o lugar simbólico de branquitude não é algo estabelecido por questões apenas genéticas, mas sobretudo por posições e lugares sociais que os sujeitos ocupam. (Schucman, 2012, p.22).

A autora aponta que “esta identidade racial tem fronteiras e distinções internas que hierarquizam os brancos através de outros marcadores sociais, como classe social, gênero, origem, regionalidade e fenótipo” (Schucman, 2012, p.108). Isso revela que a branquitude não é homogênea, uma vez que os privilégios materiais e simbólicos associados a ela não são distribuídos igualmente entre todos os brancos. Há uma hierarquização interna vinculada a outros fatores sociais que influenciam o acesso a esses privilégios.

Em sua pesquisa, Schucman (2012) sustenta que o fenótipo é um elemento central para compreender essa hierarquização interna entre os brancos. Ela observou que são atribuídos significados carregados de uma ideologia racista aos corpos, aos quais são associados a valorações positivas vinculadas à branquitude. Dentro desses subgrupos, existem

“degraus de brancura”, onde há os “brancos branquíssimos”, fenotipicamente próximos do ideal da branquitude, com pele clara, cabelos lisos e traços considerados europeus, bem como há os “brancos encardidos”, que, embora próximos da branquitude, possuem uma pele mais escura, cabelos cacheados e traços que evidenciam uma mistura racial. A autora ainda argumenta que esse racismo se perpetua por meio de sua legitimação social. No cotidiano, os brancos tendem a ocupar espaços predominantemente brancos ou majoritariamente compostos por brancos, enquanto as questões raciais que estruturam essas dinâmicas permanecem ignoradas ou minimizadas.

Edith Piza (2002), autora proeminente no campo dos estudos sobre a branquitude no Brasil, também contribuiu significativamente para essa discussão ao questionar a invisibilidade racial de brancos. Destaca-se dois trabalhos fundamentais da autora para a compreensão da branquitude: *“Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu”* e *“Porta de vidro: entrada para a branquitude”*. Como pessoa branca, Piza buscava entender a ausência de questionamento e reflexões sobre sua própria condição racial, partindo da ideia de uma identidade racial invisibilizada. Sua abordagem tem como referencial teórico o conceito de branquitude proposto por Ruth Frankenberg (1999):

A branquitude como um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros, e a si mesmo, uma posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo (Frankenberg, 1999b, pp. 70-101, Piza, 2002, pp. 59-90).

Com base nessa concepção, Piza (2002) problematizou os estudos das relações raciais, que tradicionalmente concentravam-se de forma unilateral no conhecimento sobre os negros e seus processos históricos, enquanto pouco ou nada se investigava sobre os brancos e suas implicações no contexto racial:

Eu sabia muito sobre negros, mas isto não era compreender as relações entre negros e brancos. Era, no máximo, um acúmulo de conhecimento que poderia me auxiliar na compreensão de processos históricos, socioeconômicos e psicossociais de exclusão social e moral de negros. Mas onde se situavam os brancos, nestes estudos, pesquisas, teorias etc.? Passo a passo fui descobrindo que eles estavam atrás dos nomes, quase todos de brancos, que assinavam muitos dos estudos e pesquisas. O discurso branco sobre questões raciais anteriores à década de 1980 construía-se, com poucas exceções, a partir de um olhar branco (enquanto neutro em relação aos brancos) sobre o mundo (Piza, 2002, p.65).

Nesse contexto, a autora introduz a concepção de invisibilidade racial branca como um elemento central da branquitude. Ela afirma que “o eu narrador destes estudos, o eu não

mencionado, não era nem mesmo branco. Era neutro, incolor, transparente; vidraças e portas tão polidas que nem mesmo se podia vê-las” (Piza, 2002, p. 84). Essa invisibilidade permite que os sujeitos brancos não percebam a si mesmos como racializados, colocando-se como "normais" e "neutros", o que, por sua vez, reforça as posições de poder que ocupam, em detrimento dos grupos racialmente marcados. Dessa forma, a branquitude se perpetua como o padrão não questionado, naturalizando os privilégios e o domínio social dos brancos.

Assim, o lugar do negro é o seu grupo como um todo e do branco é o de sua individualidade. Um negro representa todos os negros. Um branco é uma unidade representativa apenas de si mesmo. Não se trata, portanto, da invisibilidade da cor, mas da intensa visibilidade da cor e de outros traços fenotípicos aliados a estereótipos sociais e morais, para uns, e a neutralidade racial, para outros. As consequências dessa visibilidade para negros é bem conhecida, mas a da neutralidade do branco é dada como “natural”, já que é ele o modelo paradigmático de aparência e de condição humana (Piza, 2002, p.77).

Piza (2002) metaforiza a invisibilidade da identidade racial branca como uma “porta de vidro”, simbolizando que os brancos não percebem a sua própria identidade porque ela se manifesta de forma invisível, transparente, como um vidro. Essa invisibilidade faz com que esses sujeitos não se enxerguem como grupos racializados, diferentemente dos outros não brancos, cujas identidades raciais são marcadas e delineadas.

Logo, no momento em que o branco toma consciência da sua identidade racial, a autora compara ao choque de uma pessoa que, distraída, colide com uma porta de vidro. Esse impacto gera surpresa, já que não percebia os contornos da sua própria identidade racializada, ou seja, as vantagens e os privilégios de ser branco. Ao se dar conta da existência dessa porta, começa a perceber a existência dos “vãos” dessa estrutura. A autora sustenta que a consciência da racialidade branca é um dos pontos principais para se combater o racismo, tornando possível o desmantelamento dos traços racistas atrelados à branquitude.

O ponto central das diferentes abordagens dos estudiosos reside na ideia de que a branquitude é uma construção que sustenta a visão do branco como ser superior e universal em relação ao “outro”, consolidando uma posição de poder e dominação marcada por privilégios materiais e simbólicos. O reconhecimento da branquitude, e de seus efeitos, torna-se fundamental para um debate profundo sobre as relações raciais, permitindo uma reflexão sobre como os privilégios brancos operam de forma naturalizada e suas consequências para a construção de sociedades mais equitativas.

Cabe apontar que os estudos críticos da branquitude visam preencher lacunas nas análises das relações raciais, questionando a noção de que apenas os “outros” possuem raça.

Essa perspectiva é crucial para desnaturalizar essas concepções e enfrentar as práticas racistas que elas perpetuam. Através do estudo da branquitude crítica, é possível abrir caminho para uma nova compreensão das relações raciais, onde o foco não se limita à experiência do "outro racializado", mas também analisa o papel dos brancos na perpetuação ou combate ao racismo.

3.2 O pacto narcísico da branquitude

O conceito de “pacto narcísico da branquitude” é central na obra *O Pacto da Branquitude* (2022), da autora Maria Aparecida Bento, referência nos estudos das relações raciais. Bento, uma mulher negra nascida em São Paulo e a primeira de sua família a conquistar o ensino superior, dedica a sua trajetória acadêmica e profissional à análise das relações raciais no ambiente de trabalho, tanto em organizações da sociedade civil quanto em empresas privadas e públicas. Em 2015, foi eleita pela revista britânica *The Economist* como uma das 50 profissionais mais influentes do mundo no campo da diversidade. Reconhecida como autora da primeira tese brasileira nos estudos da branquitude, sua perspectiva, fundada em sua trajetória pessoal e profissional enquanto mulher negra, aborda uma ótica sobre as relações raciais pouco explorada no contexto brasileiro.

Bento é conselheira e uma das fundadoras do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), organização não-governamental que se destaca na produção de conhecimento científico e no desenvolvimento de programas de intervenção voltados para a promoção da igualdade racial e de gênero. O CEERT tornou-se referência na implementação de diagnósticos de equidade em instituições públicas e privadas, elaborando planos de ação para tornar esses ambientes mais inclusivos e equitativos (Bento, 2022).

Em sua obra, a autora explora a branquitude como uma posição de privilégio mantida e assegurada por pessoas brancas, perpetuada ao longo de gerações. A branquitude, em sua essência, se configura como um sistema de dominação e poder que reforça o racismo, promovendo a exclusão do "outro", como se o "diferente" ameaçasse o que é considerado "padrão" ou "universal". Nesse sistema, pessoas brancas são beneficiadas tanto material quanto simbolicamente por uma herança histórica do período escravocrata. De outro modo, pessoas não brancas são relegadas a condições de desvantagens.

À vista disso, Bento relaciona a branquitude com o processo de colonização europeia. Ela compreende que em todas as regiões exploradas e dominadas pelos europeus foram constituídos alicerces ideológicos que deram base à constituição da branquitude. A identidade racial europeia foi imposta como “universal”, racionalizando e inferiorizando os grupos não

européus. Dessa forma, a construção conceitual de raça como instrumento de dominação e poder ocorreu simultaneamente à formação da branquitude, estruturando um sistema que não apenas sustenta a supremacia branca, mas também molda a percepção de quem é dominante e dominado.

Bento sustenta que a branquitude se manifesta nos traços da identidade racial do branco brasileiro, na medida em que este se projeta como padrão universal. Esse processo de universalização, no entanto, mascara e perpetua a posição de poder do branco, apresentando-o como isento de raça e, portanto, como norma. Ao reforçar essa norma, o branco se mantém como referência positiva e neutra na sociedade, fortalecendo sua autoestima e consolidando sua supremacia econômica, política e social. Assim, se constrói, de um lado, a imagem positiva do um branco, associado a figuras como o trabalhador, o competente, o mais bonito. Por outro lado, há a construção de um imaginário social negativo em torno da identidade racial negra, que é representado como preguiçoso, criminoso, menos bonito. Essas representações não apenas afetam a autoestima das pessoas negras, mas também contribuem para sua criminalização e exclusão sistemática, reforçando estereótipos raciais que se perpetuam nas esferas sociais, econômicas e institucionais (Bento, 2002).

Presente no bojo da construção da sociedade brasileira, a autora ressalta que a ideologia do branqueamento é “frequentemente considerado como um problema do negro que, descontente e desconfortável com sua condição de negro, procura identificar-se como branco, miscigenar-se com ele para diluir suas características raciais” (Bento, 2002). Nesse processo, a herança branca é silenciada e ocultada, permitindo que o racismo seja visto como um problema exclusivamente dos negros, desresponsabilizando os brancos de seu papel na construção e perpetuação das hierarquias raciais. Ao se verem como indivíduos desvinculados de raça, os brancos mantêm uma identidade racial silenciada, na qual seus privilégios são justificados por uma suposta competência inata ou mérito individual, e não pelos legados históricos de um passado escravocrata. Assim afirma Bento (2022):

É evidente que os brancos não promovem reuniões secretas às cinco da manhã para definir como vão manter seus privilégios e excluir os negros. Mas é como se assim fosse: as formas de exclusão e de manutenção de privilégios nos mais diferentes tipos de instituições são similares e sistematicamente negadas ou silenciadas. Esse pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal”. Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele (Bento 2022, p. 11).

Nesse cenário, a autora propõe o conceito de “pacto narcísico da branquitude”, que descreve como uma dinâmica de cumplicidade entre pessoas brancas na manutenção e perpetuação de seus privilégios materiais e simbólicos. Os pactos “funcionam sempre em duas direções: fortalecimento do ‘nós’ e rejeição ao ‘eles’” (Bento, 2002). Esses pactos não são explícitos, mas operam de forma invisível e sistemática. Para aprofundar essa compreensão, Bento subverte a lógica racial, deslocando o negro da condição de observado e posicionando o branco como objeto de estudo:

Sempre os entendi como acordos tácitos, como pactos não verbalizados, não formalizados. Pactos feitos para se manter em situação de privilégio, higienizados da usurpação que os constituiu. E que se estruturam nas relações de dominação que podem ser de classe, de gênero, de raça e etnia e de identidade de gênero, dentre outras (Bento, 2022, p. 65).

Em associação ao conceito dos pactos narcísicos da branquitude, Bento apresenta a sua abordagem sobre o racismo institucional, caracterizado por sua natureza rotineira e contínua, manifestando-se de forma ora visível, ora velada. Essa forma de racismo está profundamente enraizada nas estruturas das instituições, sejam públicas ou privadas, impregnando-as com desigualdades de raça e de gênero. A autora aponta o descompromisso dessas instituições com a promoção da diversidade racial, evidenciando a predominância de pessoas brancas em posições de liderança, que cria um ciclo no qual elas se identificam entre si como semelhantes, reforçando a exclusão de outras raças. Embora essa manifestação de racismo seja muitas vezes sutil, suas consequências são amplamente visíveis em dados e estatísticas que evidenciam as desigualdades raciais nas instituições, demonstrando o caráter sistemático do racismo institucional.

Não é apenas por atos discriminatórios que se verifica se uma instituição é racista, mas também por taxas, números de profissionais, prestadores de serviço, lideranças e parceiros com perfil monolítico, em que não se vê a diversidade. Nas escolas, por exemplo, sempre professoras e gestoras brancas, brinquedos e livros didáticos, planos de aula, projetos políticos pedagógicos que dialogam exclusivamente com a branquitude. É na organização da instituição, ao longo da história, que se constrói a estrutura racista. É na escolha exclusiva de perspectivas teóricas e metodológicas eurocêntricas que se manifesta a branquitude. Elementos da cultura negra e indígena, quando presentes no currículo, não são reconhecidos como tais ou estão estigmatizados (Bento, 2002, p.43).

Em sua tese de doutorado, intitulada *Pactos Narcísicos no Racismo: Branquitude e Poder nas Organizações Empresariais e no Poder Público*, defendida na Universidade de São Paulo (USP) em 2002, analisou as manifestações da branquitude nos discursos de trabalhadores de diferentes níveis hierárquicos dentro das organizações públicas e privadas.

Seu objetivo foi compreender como as relações raciais e de gênero se estabeleciam, por meio da escuta de vozes tanto negras quanto brancas, revelando as dinâmicas de poder e as sutilezas do racismo institucional nesses ambientes.

Minha atenção focava a ausência de um discurso explícito sobre os brancos na história do país, e, ao mesmo tempo, o silêncio sobre a herança escravocrata concreta ou simbólica, que definia ambientes de trabalho desiguais (Bento, 2022, p.22).

Em suma, concluiu que indivíduos brancos em posições de poder dentro das organizações tendem a contratar outros brancos, os quais, ao ocuparem esses lugares, tomarão decisões que impactam a sociedade. Esse processo mantém um *modus operandi* que privilegia seus semelhantes e é justificado por uma lógica meritocrática. Assim, a predominância de pessoas brancas é explicada pela qualificação e mérito, enquanto a ausência de pessoas negras é atribuída à falta de qualificação, persistência, interesse, entre outras justificativas. Nesse sentido, Bento ressalta:

De fato, o conceito comum de meritocracia é o de um conjunto de habilidades intrínsecas a uma pessoa que despende esforço individual e não estabelece nenhuma relação dessas “habilidades” com a história social do grupo a que ela pertence e com o contexto no qual está inserida. Ou seja, a meritocracia defende que cada pessoa é a única responsável por seu lugar na sociedade, seu desempenho escolar e profissional etc. Parte de uma ideia falsa para chegar a uma conclusão igualmente falsa (Bento, 2022, p.13).

A partir desse conceito é possível refletir sobre as razões que levam a sociedade brasileira a naturalizar a predominância de pessoas negras residindo em áreas periféricas, enquanto a população branca habita os grandes centros urbanos, nas universidades a maioria dos discentes e docentes são brancos, já os trabalhadores responsáveis pela manutenção e limpeza desses espaços são negros. Da mesma forma, se explica o fato de que 65% das empregadas domésticas no Brasil, são mulheres negras, conforme dados divulgados pelo Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas (Dieese). Nesse sentido, compreende-se como essas heranças se manifestam tanto em uma dimensão material - como acesso à saúde, educação, cultura, moradia, lazer, dentre outros - quanto em uma dimensão simbólica, relacionada ao imaginário social, mantendo um perfil majoritariamente masculino e branco nesses lugares. Essas relações de dominação e poder, observáveis no cotidiano, favorecem aqueles que ocupam posições de privilégios, ao passo que relegam ao “outro” a viver em condições desfavoráveis, frutos da herança da escravidão.

O conceito do racismo institucional refere-se a práticas que, embora aparentemente neutras, refletem e perpetuam os efeitos da discriminação ocorrida no passado. A sua abordagem conceitual torna desnecessária a discussão sobre a presença do racismo nas instituições, uma vez que os dados concretos e as estatísticas demonstram claramente as desigualdades nesses espaços.. No entanto, a discussão sobre reparação histórica enfrenta resistência, mesmo entre pessoas brancas que são críticas e bem intencionadas. Esse desafio é evidenciado, por exemplo, pelo fato de que há apenas 12 anos concretizou-se a promulgação da Lei nº 12,711/2012, a Lei de Cotas, visando reparar a exclusão histórica de pessoas pretas, pardas e indígenas dentro das universidades e institutos federais. Essa realidade ressalta a urgência de um diálogo aberto sobre a existência dessas heranças, buscando romper esses pactos e promover a equidade racial em nossa sociedade.

Diante dessa perspectiva, a abordagem de Bento se faz extremamente necessária, especialmente em instituições públicas, onde o silêncio em torno da herança escravocrata e das desigualdades raciais continua a perpetuar o *status quo*. Para romper com os pactos narcísicos da branquitude, é necessário mais do que reconhecimento: é preciso ação. Isso envolve uma reestruturação das políticas institucionais, a valorização da diversidade racial e uma reparação efetiva das injustiças históricas que continuam a moldar a sociedade brasileira.

4 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta os resultados obtidos na pesquisa realizada no Campus Santana do Livramento, com foco na investigação das manifestações da branquitude no ambiente acadêmico. A partir das entrevistas realizadas com discentes, docentes e funcionários, buscou-se identificar como a branquitude se expressa nas interações sociais, nas práticas institucionais e nos discursos dos participantes. Por meio de uma abordagem analítica e fundamentada no referencial teórico previamente exposto, este capítulo não apenas descreve os dados coletados, mas também busca interpretá-los à luz das categorias de análise, destacando os elementos que evidenciam as dinâmicas raciais no contexto estudado.

4.1 Apresentação da pesquisa

A metodologia adotada na pesquisa foi o método hipotético-indutivo, com uma abordagem quanti-qualitativa, partindo de observações particulares para identificar padrões

gerais sobre como a branquitude se manifesta no campus. O método indutivo é um processo mental que, a partir da análise de casos observados, busca alcançar conclusões de caráter mais amplo. O propósito dos argumentos indutivos é chegar a conclusões cujo alcance excede o das premissas que os fundamentaram (Lakatos; Marconi, 2021, p. 95). Essa escolha metodológica se justifica pela natureza investigativa da pesquisa, que visa interpretar discursos e percepções de discentes, docentes e funcionários, dentro do contexto do campus, com o objetivo de construir uma compreensão mais ampla da presença da branquitude a partir dessas observações.

A pesquisa, por ser fundamentada nas teorias de raça, racismo e branquitude, segue uma abordagem qualitativa. Como explica Marconi (2022), seu objetivo é alcançar uma compreensão mais profunda do objeto investigado. Nesse sentido, “o interesse não está em explicar, mas em compreender os fenômenos no contexto em que ocorrem” (Marconi, 2022, p. 298). Essa abordagem foi essencial para captar as complexidades e sutilezas da branquitude no contexto do campus Sant’ana do Livramento, permitindo uma análise mais subjetiva.

A escolha da entrevista como instrumento de coleta de dados possibilitou compreender como os entrevistados percebem os significados de raça, racismo e branquitude, além de como transmitem, de forma oral, opiniões, discursos, pensamentos e experiências sobre o tema. Para a realização, entrei em contato com possíveis participantes, conforme dois critérios estabelecidos: primeiro, que fossem classificados como brancos tanto por mim quanto por eles mesmos; e segundo, que fizessem parte do contexto do campus, sendo docentes, discentes ou funcionários. Os convites foram enviados via e-mail com a seguinte mensagem:

Boa tarde, prezada (o), tudo bem? Me chamo Anna e sou aluna do último semestre do curso de Direito. Estou desenvolvendo meu Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "A Branquitude: uma Pesquisa de Campo no Campus Sant'Ana do Livramento". A finalidade deste estudo é compreender como a branquitude se manifesta no campus, analisando percepções, dinâmicas sociais e privilégios a partir das perspectivas de discentes, docentes e funcionários. Como descrito por Lia Vainer Schucman (2012), a branquitude é uma construção sócio-histórica moldada pela falácia da superioridade racial branca, resultando em um posicionamento privilegiado dos indivíduos brancos em diversos espaços, tanto materiais quanto simbólicos. Gostaria de convidá-la a participar da pesquisa, contribuindo com sua perspectiva e experiência. A participação envolve uma entrevista breve, gravada em áudio, com duração de aproximadamente 40 minutos, na qual serão abordadas questões relacionadas ao conceito de branquitude e sua manifestação no ambiente acadêmico. Ressalto que a participação é voluntária e confidencial, e os dados serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos. Se puder participar, ficarei feliz em agendar a entrevista em um horário que seja conveniente. Agradeço desde já. Atenciosamente. (Autora, 2024, comunicação pessoal).

As entrevistas foram conduzidas individualmente, em data e horário agendados, e gravadas em áudio, em um ambiente reservado, a fim de garantir que os participantes se sentissem confortáveis para discutir as questões sensíveis que abordam o tema, como raça e privilégio. A escolha pela entrevista semiestruturada se deu pela flexibilidade do formato, que possibilitou a adaptação das perguntas conforme novos questionamentos emergiam durante as conversas.

Os principais instrumentos utilizados na coleta de dados foram o roteiro de entrevistas semiestruturadas e as gravações em áudio. O roteiro foi elaborado para abordar as questões centrais relacionadas à manifestação da branquitude, permitindo que os participantes compartilhassem suas percepções de forma livre, mas direcionada. As perguntas foram formuladas para incentivar reflexões sobre temas como raça, racismo, interações com diferentes grupos raciais, privilégios e as estruturas de poder percebidas no campus. As gravações das entrevistas permitiram, posteriormente, uma análise detalhada das respostas, enriquecendo a interpretação dos dados e possibilitando uma investigação minuciosa sobre as diferentes formas de manifestação da branquitude no ambiente universitário.

Para assegurar uma amostragem que abrangesse diferentes perspectivas dentro do campus, foram selecionados três participantes de cada grupo, resultando na participação de três discentes, três funcionários e dois docentes. Embora o critério inicial previsse a inclusão de três docentes, apenas dois realizaram a entrevista. Entre os funcionários, um dos convidados não retornou. Esse fato pode ser visto como um aspecto relevante para a análise da branquitude, pois a hesitação em abordar o tema parece reforçar a reflexão de Bento (2002, p. 74), que afirma:

É necessário destacar que uma das dimensões mais importantes da branquitude, em nossa perspectiva, é que ela é lugar de silêncio, omissão e suposta neutralidade, emergindo essencialmente na maneira como o assunto 'negro' é focalizado ou omitido, e no silêncio sobre o lugar que o branco, enquanto branco, ocupa (2002, p. 74).

Essa postura de silêncio e neutralidade, conforme descrita por Bento, torna-se perceptível no próprio processo de participação na pesquisa. Tal comportamento pode indicar como a branquitude opera de forma sutil e muitas vezes invisível, evitando o enfrentamento direto de questões raciais.

4.2 Análise dos resultados

A análise e interpretação dos dados coletados ao longo da investigação foram focadas nos discursos sobre raça, racismo e branquitude, com um recorte específico no contexto do campus. O objetivo não foi a identidade individual dos participantes, mas sim compreender como a branquitude se constrói coletivamente se manifesta nas falas de discentes, docentes e funcionários. Dessa forma, a pesquisa busca captar as dinâmicas específicas desse espaço institucional, sem se deter em características pessoais dos sujeitos envolvidos.

Para sistematizar as informações respondidas pelos entrevistados, foram registrados em tabela os seguintes dados: nome, idade, escolaridade, autodeclaração racial e classe social, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1. Dados apresentados pelos entrevistados.

Nome Fictício	Grupo	Idade	Escolaridade	Auto-Declaração Racial	Origem Familiar	Classe Social
José	Docente	45	Superior Completo Com Pós Graduação	Branco	Espanhóis	Classe média
Martina	Docente	39	Doutorado	Branca	Italianos Alemães	Classe média alta
Eloísa	Discente	26	Superior Completo	Branca	Italianos Portugueses Indígenas Negros	Classe média
Lucas	Discente	26	Superior em andamento	Branco	Alemães Italianos Russos	Pobre
Carlos	Discente	27	Superior em andamento	Branco	Portugueses	Classe média baixa
Paulo	Funcionário	48	Superior Completo	Miscigenado	Espanhóis Indígenas Portugueses Negros	Classe C
Carolina	Funcionária	67	Pós Graduação	Branca	Italianos Alemães Franceses Portugueses Indígenas	Classe média

Miguel	Funcionário	45	Mestrado	“Vira-lata” Branco	Brasileiros Espanhóis Indígenas	Classe média
--------	-------------	----	----------	-----------------------	---------------------------------------	-----------------

Fonte: Autora, 2024.

Inicialmente, foi apresentado aos entrevistados um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo 2), o qual foi devidamente assinado por todos. Nesse momento, fiz um breve resumo do tema da pesquisa e ressaltar que não haveria a obrigação de responder a quaisquer questões que gerassem desconforto. Todos os participantes se sentiram à vontade, o que possibilitou o desenvolvimento de uma conversa rica em experiências e perspectivas relevantes sobre o tema. As entrevistas tiveram duração média de quarenta minutos.

Após garantir que todos os participantes se sentissem confortáveis e esclarecidos sobre o propósito da pesquisa, as entrevistas avançaram de maneira natural para questões mais profundas relacionadas à construção da identidade racial e à percepção da branquitude no campus. Esse ambiente de diálogo foi essencial para revelar as diversas manifestações da branquitude, a partir das narrativas dos participantes, o que, por sua vez, sustenta a hipótese central desta pesquisa: a de que a branquitude se manifesta de forma multifacetada em diferentes âmbitos da instituição, enraizada em uma estrutura institucionalmente e estruturalmente racista. Para isso, foi estruturado um conjunto de perguntas padronizadas com o objetivo de orientar a conversa em torno dos principais temas da pesquisa: a percepção de cada participante sobre o significado de ser branco no Brasil; suas interpretações sobre o conceito de racismo; a compreensão acerca do privilégio branco; sua origem familiar; além de suas opiniões sobre cotas raciais e as estruturas de poder presentes no campus.

Uma das abordagens adotadas para investigar a branquitude foi questionar os entrevistados sobre suas origens familiares, permitindo uma análise das influências fenotípicas e suas relações com a identidade racial. Embora a ciência tenha avançado ao ponto de afirmar que as variações fenotípicas são apenas uma pequena parcela do material genético, o fenótipo ainda está diretamente relacionado à construção de uma identidade racial, conforme explica Munanga (2004):

Se na cabeça de um geneticista contemporâneo ou de um biólogo molecular a raça não existe, no imaginário e na representação coletivos de diversas populações contemporâneas existem ainda raças fictícias e outras construídas a partir das diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios morfológicos. É a partir dessas raças fictícias ou “raças sociais” que se reproduzem e se mantêm os racismos populares (Munanga, 2004).

Assim, ao questionar, os entrevistados, suas narrativas revelaram uma mistura de diferentes origens familiares (ver Quadro 1), como alemã, italiana, indígena, portuguesa e negra. Nesse sentido, Schucman (2020) complementa ao argumentar que, no contexto brasileiro, a construção da branquitude se dá justamente por meio do fenótipo, independentemente da origem familiar ou étnica. Dessa forma, mesmo indivíduos de ascendência mista, quando possuem traços físicos associados à branquitude, podem ser percebidos socialmente como brancos, mantendo privilégios associados a essa posição racial.

Posteriormente, perguntei aos entrevistados sobre sua autodeclaração racial. As respostas foram ao encontro da heteroidentificação que lhes foi atribuída: brancos. Com exceção dos entrevistados Paulo e Jorge, que se identificaram como miscigenados. Em suas palavras:

“É um pouco difícil de buscar uma autodeclaração, porque, assim, na minha família, de acordo com as descendências, por parte do meu avô, tem um pouco de características de negro, no caso, tanto no meu avô por parte de pai quanto por parte de mãe. Então, tipo assim, quanto à minha autodeclaração, eu me considero miscigenado...” (Paulo, 48 anos).

Paulo continua comentando sobre seus avós, tios e primas, que ele identifica como indígenas, brancos e negros. Ao descrevê-los, Paulo revela uma família miscigenada, composta por indivíduos que ele identifica como indígenas, brancos e negros. Essa miscigenação reflete um elemento central da construção da identidade nacional brasileira, amplamente associada ao conceito de democracia racial. Cardoso (2008) argumenta que a ideologia da democracia racial posicionou o mestiço como o representante autêntico do povo brasileiro, visto como fruto da mistura, principalmente entre brancos e negros.

A figura do mestiço, apresentada como o representante autêntico da nação, não apenas invisibiliza a negritude² e as raízes indígenas, mas também reforça uma hierarquia racial. Esse ideário persiste no imaginário popular brasileiro, sustentando a falsa ideia de harmonia racial, desconsiderando as disparidades raciais persistentes e a manutenção dos privilégios da branquitude. Nesse sentido, a categorização de pessoas mestiças não apenas reforça a ambiguidade racial, mas também dilui a luta contra o racismo, dificultando a formação de uma consciência crítica e unificada. A estratégia do Movimento Negro ao reconhecer pessoas pardas como negras não visa negar a complexidade da identidade mestiça, mas sim fortalecer

²Neste trabalho, adotamos a compreensão de que, embora a negritude possua múltiplos significados, pode ser entendida como uma reconstrução da identificação com a identidade negra. No contexto brasileiro, essa expressão se consolida, majoritariamente, como uma estratégia de resistência e valorização da coletividade negra, em resposta às dinâmicas sociais historicamente impostas.

a resistência contra a opressão, uma vez que essa categorização clara entre brancos e negros serve como uma ferramenta política essencial para combater a supremacia branca e confrontar as desigualdades raciais. No ponto, Munanga (1999) argumenta que a identificação com a mestiçagem pode resultar em um processo de alienação e negação da própria identidade para aqueles de pele escura. Isso acontece porque a mestiçagem é frequentemente apresentada como um caminho para o embranquecimento, tanto físico quanto cultural, o que acaba por reforçar a branquitude e enfraquecer a afirmação e valorização da identidade negra.

Portanto, a auto identificação de Paulo como "miscigenado" revela nuances importantes sobre a construção da identidade racial no Brasil. Embora Paulo reconheça suas múltiplas origens étnicas, sua escolha de se identificar como miscigenado, em vez de negro ou branco, reflete essa complexa relação com a hierarquia racial brasileira. Dessa forma, mesmo que Paulo tenha ascendência indígena ou negra, se suas características físicas forem associadas à branquitude, ele pode usufruir dos privilégios desse grupo. A complexidade da construção da branquitude e da mestiçagem também é refletida na fala de Miguel:

"...eu costumo dizer que sou vira-lata, uma mistura de índio com espanhol, algo entre mestiço e misturado. Entre branco e preto. Aqui, sou considerado branco, mas já morei em Cerro Largo, uma cidade de colonização alemã, assim como a região de Caxias, e lá, era considerado meio moreno..." (Miguel, 45).

Miguel se identifica como 'vira-lata', termo que, no contexto brasileiro, carrega uma conotação de mestiçagem e, muitas vezes, de inferioridade racial associada à mistura de diferentes etnias. Sua narrativa ilustra como a branquitude é um conceito contextual, variável conforme o local em que a pessoa está inserida. Em Cerro Largo, cidade de colonização europeia, é considerado "moreno", enquanto em Sant'Ana do Livramento, cidade de fronteira, é considerado branco. Essa autopercepção variável, destaca, como aponta Schucman (2012), que os conceitos de etnia, cor, cultura e raça se transformam dependendo da região, história, interesses políticos e época em que estamos investigando. Ser branco e ocupar um lugar simbólico não é algo determinado pela genética ou ancestralidade, mas, sobretudo, pelas posições sociais moldadas por relações de poder:

Estes significados se diferenciam e variam entre os locais e regiões do globo. No Brasil, os sujeitos que ocupam o lugar de branquitude não são os mesmos em cada região: um mesmo sujeito pode ocupar o lugar simbólico de branco no nordeste do Brasil, em São Paulo ser considerado nordestino e no Rio Grande do Sul ser classificado como pardo ou mestiço. Estas classificações e significados são sempre acompanhados de signos de poder em cada uma das regiões (Schucman, 2012, p.59).

Para avançar na compreensão das manifestações da branquitude no campus, buscamos investigar como os entrevistados percebem o significado de ser branco. Ao questioná-los “o que é ser branco para você?”, suas respostas revelaram narrativas significativas, refletindo como cada um entende a identidade racial branca e os privilégios a ela associados.

Entre esses privilégios, Piza (2002) aponta a invisibilidade racial branca como um dos elementos mais marcantes da branquitude. Para a autora, os indivíduos brancos não se percebem como seres racializados, o que os coloca em uma posição de neutralidade. A branquitude, nesse caso, constrói-se por contraste, em relação aos “outros”:

Não se trata, portanto, da invisibilidade da cor, mas da intensa visibilidade da cor e de outros traços fenotípicos aliados a estereótipos sociais e morais para uns, e a neutralidade racial para outros. As consequências dessa visibilidade para negros são bem conhecidas, mas a da neutralidade do branco é dada como “natural”, já que ele é o modelo paradigmático de aparência e de condição humana (Piza, 2002, p.72).

Esse aspecto evidencia como pessoas brancas frequentemente não se percebem como seres racializados, o que se reflete na fala de José e Lucas:

“...não é algo na qual eu reflita o tempo todo, mas acredito que não passo por situações nas quais eu precise me ver desafiado pela cor da minha pele. Não reflito porque me sinto numa posição que não demanda maior esforço para estar em determinados espaços ou ter certos direitos” (José, 45).

“É a cor da minha pele, e só” (Lucas, 26).

Entretanto, essa invisibilidade é criticada por estudiosos como Cardoso (2008), Wray (2004) e Frankenberg (2004). Eles argumentam que tratar indivíduos brancos como inconscientes de sua própria racialidade acaba por encobrir os privilégios associados à branquitude. Isso dificulta que esses indivíduos questionem os benefícios que usufruem, o que, na prática, perpetua as desigualdades raciais.

Desde o primeiro encontro dos europeus com os africanos e ameríndios, houve uma delimitação em que portugueses, espanhóis, ingleses, holandeses e alemães foram marcados ou se automarcaram como brancos. Portanto, mais importante do que pensar sobre a suposta invisibilidade racial do grupo branco, seria analisar as formas como essa identidade cultural é marcada (Frankenberg, 2004, p. 307-338, apud, Cardoso, 2008, p.191)

Nesse sentido, a fala de Martina representa um contraponto crítico, pois sua narrativa reflete uma consciência racial e entende os privilégios que isso lhe confere:

“... para mim, que trabalho com disciplinas críticas, desigualdade e pobreza, ser branco é um privilégio, é ter facilidades. É ninguém te olhar torto; é começar ocupando espaços que muitas vezes outras pessoas não ocupariam” (Martina, 39).

Desse modo, observa-se que, tanto na perspectiva de José quanto na de Martina, as manifestações de invisibilidade e visibilidade racial estão presentes. Conforme Schucman (2012), “tanto a visibilidade quanto a invisibilidade aparecem em momentos em que os sujeitos adquirem privilégios por serem brancos”. Nessa linha de pensamento, a autora sustenta que a branquitude se amolda aos contextos e, no caso do Brasil, está diretamente associada à aparência física, ao status social e aos traços fenotípicos. Essa compreensão é ilustrada nas falas de Carolina e Miguel, que destaca uma perspectiva da identidade branca marcada pelo fenótipo:

"É bastante difícil eu colocar, branco é isso ou aquilo, até porque na minha família tem mistura. Nós temos um fenótipo até um pouco indígena; alguns irmãos e irmãs têm cabelo liso, outros são mais 'brancões', mais avermelhados, como italiano, mas branco, para mim, é ter esses fenótipos da raça branca... Eu já tenho o cabelo mais ondulado; até que uma colega me disse 'tu é de descendência negra, né?', e eu disse que, que eu saiba, não. Mas, como temos que declarar, a gente declara branco" (Carolina, 67).

"Eu acredito que é uma questão de cor, né? Uma pessoa que é mais clara. A gente tem um rol de branco, já negro é mais fácil de definir. Branco inclui o europeu, o norte-americano, o branco gaúcho, o santanense..." (Miguel, 45)

A narrativa de Miguel ilustra a concepção da autora de que “esta identidade racial tem fronteiras e distinções internas que hierarquizam os brancos através de outros marcadores sociais, como classe social, gênero, origem, regionalidade e fenótipo” (Schucman, 2012, p. 108). A fala de Miguel reflete uma consciência dessas variações existentes dentro da categoria "branco", enfatizando que, embora a cor seja um critério de identificação, existem nuances que definem esses indivíduos dentro dessa categoria racial.

As narrativas coletadas também trouxeram à tona elementos fundamentais da construção da branquitude, evidenciando como a percepção racial se relaciona com a ideia de pureza racial e a influência do modelo civilizatório europeu. As falas de Eloísa e Paulo revelam diferentes aspectos dessa construção:

“Pra mim ser branco é não ter nenhuma dificuldade relacionada à cor de pele e ter, sei lá, ter uma cultura mais europeizada, porque eu vejo que a grande maioria do pessoal que é branco como eu tem alguma raiz com esses povos, mas que tenha alguma descendência...” (Eloísa, 26)

“Ser branco mesmo é uma pessoa que nunca passou por um processo de miscigenação, que é muito raro no Brasil; aqui todos nós somos mestiços. Ser uma pessoa branca é descendente de europeus...” (Paulo, 48)

Essa identificação com o branco europeu é consequência natural do processo de consolidação da branquitude, uma vez que, à medida que os colonizadores europeus expandiram pelo mundo, foram acessando e se apropriando de recursos materiais e simbólicos dos “outros” e criando uma identidade voltada a si próprios (Bento, 2022b, p.17). Essa perspectiva é reforçada por Paulo, que evidencia que a noção de ser branco está intimamente ligada à ideia de uma pureza racial. A noção de raça pura surgiu no Brasil no século XIX, influenciada pelo pensamento europeu, especialmente pelo conde Arthur Gobineau. Ele sustentava que a mestiçagem entre os “brancos puros” e “os outros” representava a degeneração da civilização, pois o mestiço jamais seria como o branco, especialmente por ser geneticamente inferior. Assim, o significado de ser branco para Eloísa e Paulo nos revelam como essas noções influenciam, de maneira explícita ou sutil, as percepções sobre a identidade racial branca e as dinâmicas sociais contemporâneas no Brasil, levando os indivíduos a associar o que é ser branco ao ideal europeu.

Após explorar as narrativas sobre os significados de ser branco, é fundamental analisar como essas percepções se manifestam no cotidiano desses indivíduos. A pergunta “você acha que ser branco, tem influência no seu cotidiano?” provoca reflexões sobre as experiências pessoais e as relações sociais dos entrevistados. A fala de Carolina e Miguel evidencia como nem todos os brancos se reconhecem como privilegiados:

“Olha, eu não sei. Pela questão familiar, eu acho que não é por ser branco ou preto, porque eu tive colegas negras com a mesma formação que eu... tive colegas negras fazendo o mesmo curso que eu, claro que em menor quantidade. Isso eu acho que se dá pela questão familiar, porque colegas negras passaram por dificuldades para estudar, mas conseguiram vencer” (Carolina, 67).

“Eu não senti, assim, desde a minha criação, nunca tive questões. Se eu fosse preto, estaria na mesma condição em que estou, porque a criação que sempre tive foi voltada para o estudo... a gente aprendeu que tem que estudar. Eu vejo hoje, até quando começaram as políticas de cotas, que tinha um estudo muito desenhado em relação à cota por renda, porque o pobre não tem acesso ao estudo” (Miguel, 45).

De maneira similar, Carolina e Miguel compartilham uma perspectiva fundamentada em uma lógica meritocrática, pois não reconhecem a sua posição como brancos como um fator determinante em suas experiências. Embora Carolina mencione que, na sua formação, o

número de colegas negras era menor e que essas colegas enfrentavam dificuldades para estudar, ela não reconhece a sua posição privilegiada. Nesse ponto, Bento (2022) ressalta que:

Nem todos os privilegiados se reconhecem como parte de um grupo que traz em sua história a expropriação de outros grupos. A herança branca contém marcas da apropriação de bens materiais e imateriais, originárias da condição de descendente de escravocratas e colonizadores e é uma herança frequentemente tratada como mérito para legitimar a supremacia econômica, política e social. (Bento 2022, p.65)

Nessa lógica meritocrática, Miguel afirma que, se não fosse branco, ocuparia a mesma posição que ocupa hoje. Como abordamos anteriormente, a meritocracia é entendida como um conjunto de habilidades intrínsecas a uma pessoa, que despende de um esforço individual (Bento, 2022). Nesse discurso, a premissa é que cada pessoa é unicamente responsável por ocupar a posição que ocupa na sociedade. Essa compreensão, frequentemente fundamentada na ideia do esforço individual, ignora os fatores sociais e estruturais que moldam oportunidades para diferentes grupos raciais e impactam as vidas negros, conforme abordamos no capítulo 2. Dentro desse discurso meritocrático, Miguel desconsidera o peso que fatores estruturais exercem na construção de oportunidades. Isso levanta uma questão essencial: qual a possibilidade de um homem branco e um homem negro ocuparem o mesmo espaço de maneira equitativa? Como Schucman (2012) aponta, para a população negra, o acesso a bens como educação, ocupações e prestígio social não elimina as barreiras raciais. A branquitude se impõe como um fator de exclusão constante, que persiste independentemente do esforço individual ou das conquistas materiais.

Para além dos privilégios materiais, a branquitude se compõe por privilégios simbólicos que permeiam as relações sociais. Esses privilégios simbólicos recaem sobre atributos e significados positivos associados à branquitude, como beleza, inteligência, educação, moralidade, dentre outros. Esse imaginário reforça a perpetuação das desigualdades e naturaliza a ocupação de pessoas brancas em espaços de poder. Como Bento (2002) argumenta, esses pactos narcísicos silenciam questões raciais, tornando esses privilégios invisíveis. A naturalização da ocupação de espaços de poder por pessoas brancas é, assim, sustentada por alianças inconscientes que reproduzem e mantêm desigualdades:

Evitar focalizar o branco é evitar discutir as diferentes dimensões do privilégio. Mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da brancura, o que não é pouca coisa. Assim, tentar diluir o debate sobre raça analisando apenas a classe social é uma saída de emergência permanentemente utilizada, embora todos os mapas que comparem a situação de trabalhadores negros e brancos, nos últimos vinte anos, explicitem que entre os explorados, entre os pobres, os negros encontram

um déficit muito maior em todas as dimensões da vida, na saúde, na educação, no trabalho. A pobreza tem cor, qualquer brasileiro minimamente informado foi exposto a essa afirmação, mas não é conveniente considerá-la. (Bento, 2002a, p.30)

Dessa forma, os privilégios simbólicos da branquitude se tornam mais um obstáculo invisível, mas poderoso, para que indivíduos negros e brancos ocupem espaços de maneira verdadeiramente equitativa. Eloísa e Martina, em suas falas, exemplificam essa consciência e os impactos na suas vidas:

“De certa forma, na cultura em que nasci inserida, num contexto globalizado, ter tido acesso a uma boa educação, podendo custear uma escola particular e também por não ser algo que me prejudique, é tudo muito fácil na questão de privilégio mesmo. Até mesmo na maneira como as pessoas me abordam, sabe?” (Eloísa, 26).

“Tenho certeza todos os dias da minha vida. Morando em Santana do Livramento há mais de 10 anos, todos os dias entro nos espaços e a primeira coisa que ouço é: ‘Tu não é daqui, né? Branca, com esse sotaque’. Tenho noção do que é ser branca, da diferença no tratamento por ser branca e ter cabelo loiro, em comparação com quem é local, mestiço, e não possui esses estereótipos” (Martina, 39).

A percepção de Eloísa e Martina evidencia como o acesso facilitado e o tratamento diferenciado que recebe estão intrinsecamente ligados aos privilégios materiais e simbólicos associados à branquitude.

Esse contexto introduz uma questão mais ampla: compreender o significado de racismo por parte dos entrevistados e a percepção sobre a sua existência no Brasil. As perguntas "O que é racismo? Você acha que existe racismo no Brasil?" nos permitem explorar não apenas as definições de racismo segundo as experiências dos entrevistados, mas também suas visões sobre a presença e a intensidade desse fenômeno. A hipótese inicial foi fundamentada em um levantamento conduzido pelo Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (Ipec), que revelou que 81% dos brasileiros concordam que o país é racista. Essa percepção foi confirmada entre os entrevistados, uma vez que todos concordaram que o Brasil é um país racista. No entanto, cada um apresentou uma visão distinta, revelando nuances nas interpretações do que é o racismo. A narrativa de Carlos aponta o racismo como uma construção histórica ligada ao sistema escravocrata.:

"Primeiro, o racismo existe no Brasil. O racismo, para mim, é uma questão histórica de divisão do trabalho a partir de uma divisão de cores, porque, com isso, se pode tirar maior lucro. Do escravo, foi tirado o lucro máximo." (Carlos, 27)

Essa percepção remete ao contexto histórico, onde o racismo é reconhecido como um fenômeno enraizado e intimamente relacionado à divisão racial do trabalho. Sua fala alinha-se ao conceito de “capitalismo racial” abordado por Bento (2022, p.23), que esclarece como o capitalismo opera por meio de uma lógica de exploração do trabalho, enquanto simultaneamente se sustenta em uma lógica de raça, etnia e gênero para a expropriação dos “outros”. Por outro lado, Paulo compreende o racismo como gestos e palavras de caráter sutil e velado:

"Racismo pode ser conceituado, para mim, no meu caso, como um comportamento velado, através de gestos decorrentes de um preconceito que existe na sociedade. Pra mim o Brasil ainda é um país racista. O que acontece é que existe uma separação, uma atribuição pejorativa, seja em gestos ou em palavras, que fica subentendida — não são ofensas diretas." (Paulo, 48)

A narrativa de Paulo aponta para a expressão cotidiana de um racismo que opera sutilmente, manifestando-se de maneira subentendida e indireta. Essas ações indiretas compõem o racismo estrutural, isto é, a prática racista que se encontra inscrita na estrutura social, histórica e cultural (Fanon, 1980, p. 36), pode ser invisível para muitos, mesmo que seja constantemente visível para as pessoas não brancas. Em contrapartida, a sua percepção levanta uma reflexão importante: como podemos sustentar a existência de um racismo velado quando a violência e a desvantagem enfrentadas pela população negra no Brasil são diariamente visíveis e noticiadas?

Em contraste, José identifica claramente o racismo estrutural nas relações sociais do cotidiano:

"Racismo, do ponto de vista sociológico, me parece que é defender a ideia de superioridade de uma raça acima da outra, e, com base nisso, construir uma concepção de sociedade na qual alguns precisam estar 'no seu lugar'. Com base nisso utilizar essa ideia de superioridade com base na cor da pele para estruturar a sociedade nessa lógica. Sim, no Brasil há racismo, entendo que em algumas regiões mais marcadas do que em outras. Já morei em Santa Maria e, depois, na Serra Gaúcha, e entendo que, pelo que me contam, já foi pior. Mas é só ver: quantos negros estão sentados em um restaurante e quantos estão servindo? Quantos negros estão limpando uma piscina no clube e quantos estão tomando sol na piscina?" (José, 45)

O relato de José elucida como a branquitude operacionaliza a manutenção dessas desigualdades. Ao apontar quem “serve” e quem é “servido”, podemos compreender como esses papéis são racializados e perpetuam desigualdades. Conforme Schucman (2012, p.29) destaca “toda esta divisão racial do trabalho e dos espaços sociais é naturalizada de tal forma, que tanto brancos como negros brasileiros raramente se espantam com essa realidade”. Essa

"naturalização" significa que essas desigualdades são vistas como normais, invisibilizando as forças que as criaram. José, ao apontar as diferenças entre quem serve e quem é servido, destaca como essas divisões sociais estão tão profundamente enraizadas que se tornam quase imperceptíveis. Nesse contexto, a branquitude desempenha um papel central ao operar mecanismos de exclusão e manutenção dos privilégios materiais e simbólicos. Esse ciclo de subordinação e privilégio é sustentado por "pactos narcísicos" - acordos de cumplicidade, não verbalizados, que visam manter privilégios e a autopreservação (Bento, 2022b).

A ideia de que "alguns precisam estar 'no seu lugar'", mencionada por José, reflete o conceito de "lugar social" delimitado pela branquitude. Esse conceito implica em uma divisão de posições de poder e subordinação que beneficia uns e desfavorece os outros. Enquanto brancos desfrutam dos privilégios de serem servidos, negros permanecem confinados a papéis que sustentam essa hierarquia. Essas dinâmicas permeiam todas as estruturas sociais brasileiras, desde o mercado de trabalho até as instituições. Cada uma dessas estruturas contribui para reproduzir uma lógica em que a presença majoritariamente branca é naturalizada, enquanto a presença e as contribuições da população negra são sistematicamente invisibilizadas.

De outro modo, embora Carolina reconheça a existência do racismo, sua perspectiva se reflete o discurso da neutralidade, comum à branquitude:

"Ah, com certeza existe, né? Mas eu não sei... Eu tenho uma visão de racismo muito... Para mim, não me interessa se é preto ou branco, me interessa que seja uma boa pessoa. Agora, eu vejo muito, Brasil afora, situações e relatos de alunos que... eu não sei o porquê, mas existem situações de racismo" (Carolina, 67).

Ao afirmar que "não interessa se é preto ou branco", ela propõe uma universalidade que desconsidera as diferenças, os marcadores e as hierarquias raciais, posicionando-se num espaço de distanciamento em relação às consequências do racismo. Desse modo, a entrevistada descreve um racismo distante, uma realidade que ocorre "Brasil afora" e que apenas reconhece em relatos de terceiros. Como mulher branca, ela não vivencia diariamente o racismo, tampouco o percebe, o que contribui para o seu distanciamento.

Assim, a narrativa de Carolina revela uma das formas pelas quais a branquitude se manifesta: através da indiferença racial e da negação da presença do racismo em suas dinâmicas sociais. Esse distanciamento reflete uma dimensão da branquitude, que, por estarem inseridos em uma posição de privilégio, não vivenciam diretamente os impactos do racismo e, conseqüentemente, não o percebem no seu cotidiano. É nesse contexto que a

neutralidade racial, como apontada por Bento (2022, p.65), se consolida, ofuscando a percepção dos próprios privilégios e da perpetuação das desigualdades. Ao longo das entrevistas, esse fenômeno de invisibilidade foi recorrente, especialmente quando os participantes foram questionados sobre a ocorrência de racismo dentro da universidade. A tendência ao silêncio ou à negação reflete a dificuldade de muitos brancos em reconhecer as dinâmicas raciais operando no cotidiano, o que contribui para a continuidade da hierarquia racial.

Ao questionar os entrevistados com a pergunta “Você já presenciou alguma situação de racismo? Se sim, alguma ocorreu dentro da universidade?”, esperava-se que alguns participantes pudessem alegar nunca ter presenciado o racismo, especialmente no contexto institucional. Essa perspectiva ocorre porque, para muitos, o racismo só se revela de forma explícita, de forma direta e violenta, passando despercebido no cotidiano. A totalidade dos entrevistados confirmaram a hipótese, afirmando nunca ter presenciado qualquer situação de racismo dentro ou fora da universidade. A única exceção foi Eloísa (26 anos), que, em meio a um certo desconforto, respondeu: “Sim, já vi e vi dentro da sala de aula, mas prefiro não falar...”. Embora Eloísa reconheça ter presenciado uma situação de racismo dentro da sala de aula, evita desenvolver sua resposta. Esse desconforto é revelador, pois reflete um dos principais mecanismos da branquitude: o silêncio. Ao evitar confrontar o racismo abertamente, Eloísa exemplifica a forma como a branquitude muitas vezes prefere a omissão, reforçando a continuidade do racismo estrutural.

A ausência de relatos de racismo por parte da maioria dos entrevistados e o silêncio de Eloísa ao falar sobre sua experiência refletem uma lógica racial. A branquitude, como apontam Bento (2022) e Cardoso (2008), atua como um sistema que não só nega a participação dos brancos na perpetuação das desigualdades raciais, mas também propicia um ambiente onde o racismo é invisível. Essa invisibilidade não significa que o racismo não existe, mas que ele se manifesta de formas sutis e estruturais, reforçando as hierarquias de poder e privilégio racial. Isso é particularmente evidente em espaços como a universidade, onde as relações de poder podem ser mascaradas pela suposta neutralidade do ambiente acadêmico, criando uma falsa impressão de equidade e diversidade.

Esse cenário reflete, também, na percepção da predominância de pessoas brancas no campus. Para aprofundar essa questão, os entrevistados foram questionados sobre suas observações em relação à presença de colegas, alunos e professores negros, bem como sobre como percebiam a predominância de indivíduos brancos nos cargos de poder. Essa questão é

central, pois a invisibilidade dos corpos negros em espaços de prestígio reflete a manutenção de estruturas raciais desiguais. Quando questionados sobre a presença de pessoas negras no campus, os entrevistados mencionaram entre um a três colegas negros. Os docentes relataram a presença de alunos negros em suas aulas, mas enfatizaram que se tratava de uma minoria. Os discentes, por sua vez, mencionaram apenas um professor negro. Essa percepção de uma presença reduzida de negros não pode ser dissociada das dinâmicas de exclusão racial e de um racismo que historicamente marginaliza pessoas negras de espaços de prestígio e poder, como o ambiente acadêmico.

Observa-se que o campus Sant'Ana do Livramento é composto por cerca de 1,5 mil alunos, 67 professores, 32 técnicos-administrativos e 22 terceirizados (Unipampa, 2024). No entanto, a presença negra entre esses números é marginal, revelando uma exclusão estrutural e profunda na instituição. Essa marginalização não se limita ao campus universitário, mas reflete as barreiras impostas à população negra no mercado de trabalho, no sistema de educação e nos espaços de produção científica, perpetuando as desigualdades raciais nesses setores. Embora este estudo não tenha realizado um levantamento quantitativo sobre o número de alunos, docentes e funcionários negros no campus, optou-se por uma abordagem qualitativa, visando compreender a percepção dos entrevistados sobre a presença negra. Essa abordagem permite revelar não só a realidade numérica, mas também as narrativas que sustentam e naturalizam as hierarquias raciais no campus. A dimensão da branquitude, nesse sentido, manifesta-se nas falas dos entrevistados, que enxergam a presença negra como exceção, e não como parte integrante do corpo universitário.

Dessa forma, o conceito de racismo institucional faz-se necessário para compreender as dinâmicas da instituição universitária. Este conceito se refere a mecanismos estruturais que operam sistematicamente, garantindo a exclusão de grupos historicamente marginalizados. Esses processos e mecanismos são ações em nível organizacional que, independentemente da intenção de discriminar, resultam em impactos negativos e desproporcionais para os membros desses grupos. Bento (2022, p.43) observa que o racismo institucional não se evidencia apenas em atos discriminatórios explícitos, mas também pelo perfil de profissionais e lideranças, o que exclui a diversidade e reforça a supremacia branca nas posições de poder. Nas escolas, exemplifica Bento, há “professoras e gestoras brancas, brinquedos e livros didáticos, planos de aula, projetos político pedagógicos que dialogam exclusivamente com a branquitude”. Essa organização estrutural reflete no caso do campus, onde percebe-se a predominância de brancos em cargos de poder.

Ao questionar os entrevistados sobre a predominância de indivíduos brancos em cargos de poder no campus, todos convergiram na explicação de que “só não há negros nesses cargos porque não há negros no campus”. A fala de José ilustra essa lógica de maneira exemplar:

"Na verdade, hoje a gente tem uma direção composta por pessoas brancas. A nova composição vai ser também... na verdade, são poucos professores que podem atingir o grau de direção e coordenação. Realmente se verifica um número muito baixo de professores negros. Tem dois professores, e de resto não tem outros no campus. Não há outro fator que faça com que... se tu me dissesse que um terço das pessoas são negras... mas se tem um professor e esse professor não ocupar esse cargo, não há o que fazer..." (José, 45).

A narrativa de José ilustra como a ausência de negros em cargos de poder é percebida como uma consequência inevitável, um reflexo natural da composição do corpo docente, desconsiderando as barreiras institucionais que historicamente limitam o acesso de corpos negros a esses cargos. Gonzalez e Hasenbalg (1982, p. 91) analisam esse fenômeno, apontando que a organização social racista não só cria barreiras estruturais à mobilidade social de negros, mas também contribui para a internalização de uma autoimagem negativa que limita suas aspirações, derivada da representação de estereótipos.

Esse contexto de exclusão e hegemonia branca levou à criação da Lei de Cotas, que reserva 50% das vagas para pretos, pardos, indígenas e pessoas de baixa renda, representa uma conquista significativa do movimento negro. Ela surge como uma tentativa de romper com as barreiras interpostas ao acesso ao ensino superior público às pessoas negras, as quais são impactadas pelo racismo durante sua trajetória educacional. Em um cenário onde historicamente a branquitude é um lugar de privilégio e poder, a perpetuação dessas posições é praticamente automática. Nesse sentido, as reivindicações por mudanças emergem dos grupos excluídos, que demandam uma transformação estrutural capaz de reverter esse cenário.

A fala de Carolina, ao ser questionada sobre a sua opinião sobre cotas raciais, revela como o racismo estrutural e as barreiras de mobilidade social operam na universidade:

"Olha, eu acho que, dentro das políticas públicas e da estrutura da sociedade, tem que haver um incentivo. Isso faz parte da nossa universidade... Acontece que, por diversas situações, até mesmo por questões financeiras ou falta de estrutura e equipamentos, os alunos que entram por cotas não sabem ou não conseguem acessar [certos recursos]. Na lista do programa de permanência, tem uma aluna com cota racial, da Bahia, e até hoje ela não se apresentou na universidade por falta de condições financeiras. Um dos problemas que a gente tem aqui, não só com cotas, mas também com alunos do programa de permanência, que são estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, é que eles juntam um dinheiro e vão para casa nas férias, mas quando chegam as férias de verão, um mês ou dois, eles

não conseguem juntar o suficiente para voltar para as aulas junto com os outros. Teve aluno que voltou três semanas após o prazo” (Carolina, 67).

Esses obstáculos enfrentados para a permanência de alunos negros e de baixa renda não são meramente individuais, mas estruturais, sendo reflexo de um sistema que historicamente dificulta o acesso de grupos marginalizados à educação superior. A branquitude, enquanto estrutura de poder, se manifesta na organização interna impacta as políticas internas, que frequentemente não contemplam medidas de apoio suficientes para estudantes cotistas. A fala de Carolina destaca, ainda, que além do acesso garantido pelas cotas, a permanência e a equidade se tornam um desafio frente a ausência de suporte material, econômico e psicológico para esses alunos. As universidades, assim como outras organizações sociais, são um campo fértil para a reprodução das desigualdades raciais. Instituições frequentemente proclamam que “todos são iguais perante a lei”, no entanto, as desigualdades raciais persistentes revelam que alguns são “menos iguais” que outros. Bento (2005) aponta como o silêncio institucional reforça essas desigualdades, uma vez que “o silêncio não é apenas o não-dito, mas aquilo que é apagado, colocado de lado, excluído. O poder se exerce sempre acompanhado de um certo silêncio. É o silêncio da opressão”. Esse “silêncio da opressão” nas instituições reflete a ausência de iniciativas claras para oferecer suporte a estudantes negros e cotistas, perpetuando as desigualdades raciais sob uma aparente neutralidade. Assim, para que a política de cotas cumpra seu papel de forma efetiva, é essencial que a instituição implemente políticas de apoio e acolhimento que garantam a permanência digna desses alunos. Somente por meio de uma transformação estrutural que inclua não só o acesso, mas também o apoio integral a esses estudantes, é possível avançar rumo à inclusão e à equidade racial no ensino superior.

A partir das narrativas dos entrevistados, percebe-se que a branquitude se manifesta de maneira sutil, porém profundamente enraizada nas relações sociais e institucionais no campus de Sant’Ana do Livramento. A análise das falas revela a presença de pactos narcísicos da branquitude, que se evidenciam tanto por sua sutileza quanto por sua omissão. Embora nenhum entrevistado tenha negado a existência do racismo, a maioria não afirma ter presenciado situações de racismo dentro ou fora do campus. Essa postura reflete o apagamento da questão racial do cotidiano. Além disso, alguns entrevistados demonstraram não reconhecer os privilégios que usufruem por serem brancos, o que marca um elemento fundamental da branquitude.

Outro ponto importante é a naturalidade percebida nas narrativas dos entrevistados em relação à predominância de indivíduos brancos em cargos de poder no campus. Tal percepção reforça a centralidade da branquitude e a sua normatividade, tornando-a uma estrutura de poder que raramente é questionada. O silêncio também emergiu como um elemento significativo, tanto nas respostas dos entrevistados quanto entre convidados, o que pode ser interpretado como uma estratégia inconsciente de evitar o enfrentamento direto das questões raciais.

A análise aponta, portanto, para a necessidade urgente de desconstruir essas dinâmicas no contexto universitário, reconhecendo que o racismo institucional e a manutenção da branquitude não apenas reforçam desigualdades, mas também perpetuam um ambiente de exclusão para aqueles que não se enquadram nos padrões dominantes. Reconhecer a branquitude como uma estrutura de poder invisível é o primeiro passo para promover transformações efetivas nas relações raciais dentro da universidade, criando um espaço mais inclusivo e equitativo para todos.

4.3 Exercitando práticas de pesquisa empírica

A escolha do tema da pesquisa foi indicada pela minha orientadora, a Profa. Dra. Vanessa Dorneles Schinke, que não apenas me apresentou à questão da branquitude, mas também sugeriu a obra "O pacto da branquitude" de Maria Aparecida Bento, que, de forma decisiva, tornou-se o principal referencial teórico da pesquisa. Nesse processo, identificamos o campus de Sant'Ana do Livramento como um espaço propício para investigar as estruturas de poder ligadas à branquitude e como elas permeiam as relações sociais e institucionais. Ainda que o campus pareça acolher as diversidades, persiste uma reprodução de desigualdades raciais, justificando a importância do estudo neste contexto.

O exercício da pesquisa empírica é um dos pilares fundamentais da construção do conhecimento científico, pois possibilita validar teorias e hipóteses com base em evidências concretas e observáveis. Nesse sentido, optei por conduzir uma pesquisa de campo exploratória, organizada em etapas essenciais. Inicialmente, realizei uma extensa revisão bibliográfica para construir uma compreensão sólida do problema e identificar abordagens e estudos prévios sobre o tema. Esta etapa foi crucial para a escolha de um modelo teórico e do plano geral da pesquisa. Em seguida, estabeleci as técnicas de coleta de dados mais adequadas e estabeleci uma amostra representativa para sustentar as conclusões. Também estabeleci as

técnicas de registro e os métodos que seriam utilizados na análise dos dados (Lakatos; Marconi, 2021, p. 217).

A base teórica foi construída principalmente a partir de artigos científicos, teses e dissertações consultados na plataforma Google Scholar (2024), uma vez que a biblioteca da Universidade Federal do Pampa - Campus Sant'Ana do Livramento dispunha de poucos materiais específicos sobre o tema. De fato, a pesquisa na internet permitiu ampliar o acesso ao campo de estudos críticos sobre a branquitude e desenvolver uma base teórica diversificada e alinhada ao objeto de estudo. Durante essa fase inicial, ficou evidente que as discussões sobre a pertença racial branca são emergentes no Brasil, existindo uma lacuna ainda sendo preenchida pelo conceito. Segundo Cardoso (2008), os estudos raciais no país tendem a problematizar certos grupos brancos, mas nenhum posiciona os brancos em um quadro racial. Por tal razão, em conversas informais sobre o tema do trabalho, notei que muitas pessoas demonstraram estranhamento quando ouviam a minha resposta: “o meu tema é a branquitude”. No caso, geralmente era equivocadamente confundido com o conceito de “racismo reverso”, termo que cunhou a falaciosa ideia de um racismo contra brancos.

A escolha pela metodologia quanti-qualitativa deve-se à necessidade de captar as nuances e complexidades das percepções sobre a branquitude no ambiente acadêmico, combinando dados qualitativos e quantitativos que evidenciam as dimensões do racismo no Brasil. As entrevistas semiestruturadas surgiram como a melhor ferramenta, oferecendo flexibilidade para que os entrevistados compartilhassem suas percepções de forma mais fluida e natural. Paralelamente, realizei observações diretas no campus, o que me permitiu identificar comportamentos e dinâmicas sociais que complementam os relatos colhidos nas entrevistas.

Os entrevistados foram selecionados de maneira aleatória, com dois critérios estabelecidos previamente: primeiro, que fossem reconhecidos como brancos tanto por mim quanto por eles mesmos; segundo, que estivessem inseridos no contexto do campus, seja como docentes, discentes ou funcionários. A amostra foi definida em orientação, contando com 3 participantes de cada grupo. O convite aos possíveis entrevistados foi feito por e-mail, onde apresentei um breve resumo do tema e a relevância do estudo, colocando-me à disposição para agendar em um horário conveniente. Todos os discentes convidados aceitaram participar. Dos funcionários, 4 foram convidados e 3 aceitaram, enquanto no grupo de docentes, 8 foram contatados, destes 3 aceitaram, mas apenas 2 participaram da entrevista.

Inicialmente, enfrentei certa dificuldade e frustração por não conseguir entrevistar o

número desejado de docentes. No entanto, passei a interpretar como um aspecto relevante para a pesquisa, considerando a análise de Bento (2022) que explica que “a ausência de compromisso moral e o distanciamento psicológico em relação aos excluídos são características do pacto narcísico”.

Para a construção do roteiro de entrevistas, tomei como referência o roteiro elaborado por Lia Vainer Schucman (2012), em sua tese de doutorado, intitulada “Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana”. As entrevistas, de modo geral, ocorreram de forma tranquila e fluida. Os entrevistados responderam todas as perguntas do roteiro, demonstrando curiosidade sobre o tema. Em alguns momentos, observei expressões faciais que indicavam estranhamento durante a explicação do conceito. Nesse processo, o registro em áudio das entrevistas foi fundamental para permitir uma análise detalhada das respostas. Ao redigir o capítulo 4, busquei entrelaçar conceitos teóricos com os dados coletados, destacando os elementos de branquitude que emergiram das narrativas dos participantes. Para tal análise, foi necessário, primeiramente, compreender os conceitos de raça e racismo construídos em nossa sociedade, realizando uma revisão teórica que permitiu embasar as interpretações das narrativas coletadas. Embora as categorias de gênero e classe também influenciem os significados atribuídos à identidade racial, este estudo centrou-se na categoria de raça.

A metodologia adotada foi essencial para investigar as sutis manifestações da branquitude no contexto do campus Sant’ana do Livramento, revelando como essa estrutura se perpetua nas dinâmicas sociais e institucionais. O percurso investigativo, ainda, evidenciou os desafios enfrentados ao abordar um tema que frequentemente provoca desconforto e distanciamento. A aplicação de entrevistas e observações diretas proporcionou dados valiosos que, aliados ao embasamento teórico, reforçam a importância de problematizar as estruturas de poder racializadas no ambiente acadêmico, abordando especificamente a questão da pertença racial branca nos estudos das relações raciais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo do trabalho foi compreender como a branquitude se manifesta no contexto do campus Sant'ana do Livramento, da Universidade Federal do Pampa. Ao longo da pesquisa tornou-se evidente que a branquitude se insere e se perpetua nas relações sociais e institucionais, alimentando dinâmicas de poder que, embora invisíveis para muitos, têm um impacto significativo no cotidiano universitário e nas experiências de discentes, docentes e funcionários.

Os objetivos propostos foram plenamente atendidos, uma vez que foi possível refletir sobre as facetas do racismo e raça e a realidade dos corpos negros no Brasil, bem como aprofundar o entendimento do conceito de branquitude e explorar as percepções de alunos, professores e funcionários do campus de Sant'Ana do Livramento. Esses elementos proporcionaram uma análise rica e multifacetada, que permitiu identificar como a branquitude se manifesta de forma sutil e normatizada, perpetuando-se nas relações sociais e institucionais da universidade.

Os resultados obtidos demonstram que a branquitude se apresenta no campus de Sant'Ana do Livramento como uma estrutura invisível, mas profundamente enraizada nas relações sociais e institucionais. A sutileza com que a branquitude opera, muitas vezes por meio do silêncio e da negação da sua centralidade, reforça a sua normatividade e dificulta o reconhecimento dos privilégios brancos. Esse processo não só apaga a questão racial do cotidiano, como também perpetua as desigualdades raciais no ambiente universitário. Assim, os resultados confirmam a hipótese inicial de que a branquitude se manifesta de maneira multifacetada e profundamente enraizada, contribuindo para a manutenção de estruturas de exclusão e privilégio dentro do campus. Reconhecer esses pactos e desnaturalizar a branquitude é essencial para romper com as dinâmicas de poder que sustentam essas desigualdades e criar um ambiente acadêmico mais inclusivo e equitativo.

Os instrumentos de coleta de dados, sobretudo as entrevistas, foram essenciais para captar as percepções dos participantes, permitindo uma análise detalhada sobre como a branquitude se manifesta e como esta se mantém de forma silenciosa, raramente questionada pelos entrevistados. A abordagem quanti-qualitativa mostrou-se eficaz para compreender o cenário de maneira abrangente e contextualizada.

Contudo, para estudos futuros, sugere-se uma análise mais extensa da organização institucional em relação à presença de elementos da cultura negra. A análise das ementas dos cursos quanto à presença de autores negros, bem como os materiais disponíveis na biblioteca

da instituição, um levantamento quantitativo da presença negra e a ampliação das narrativas do corpo universitário também são recomendáveis. Com esses elementos, seria possível aprofundar ainda mais o debate e traçar comparações que evidenciem como a branquitude influencia as dinâmicas institucionais, potencializando ações mais efetivas para uma educação superior inclusiva e equitativa.

REFERÊNCIAS

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; PIZA, Edith. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002a. p. 25-58.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branquitude e poder: a questão das cotas para negros**. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE, 1., 2005, São Paulo. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000100005&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 29 out. 2024.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **O Pacto da Branquitude**. Companhia das Letras, 2022.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. Tese (doutorado) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2002b. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/publico/bent_o_do_2002.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2024.

BRASIL. Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 de mar. de 2024.

BRASIL. Decreto n. 528, de 28 de junho de 1890. **Regularisa o serviço da introdução e localização de imigrantes na Republica dos Estados Unidos do Brazil**. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/388093/publicacao/15636460>>. Acesso em: 31 out. 2024.

BRASIL. Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010. **Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/388093/publicacao/15636460>>. Acesso em: 31 out. 2024.

BRASIL. Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989. **Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm>. Acesso em: 10 ago. 2024

CAFÉ FILOSÓFICO. **Mistura de sangues e territórios**. YouTube, 23 abr. 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-35G3sVoDmU>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

CARDOSO, Lourenço. **Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista**. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, vol. 8, núm. 1, enero-junio, 2010, p. 607-630. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77315079028>. Acesso em: 15 fev. 2024

CARDOSO, Lourenço. O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957 - 2007). Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

CARMICHAEL, Stokely e HAMILTON, Charles. **Black power: the politics of liberation in America**. New York, Vintage, 1967.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8002125/mod_resource/content/1/Sueli%20Carneiro%202023%20-%20Dispositivo%20de%20racialidade.pdf. Acesso em: 07 set. 2024.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2024**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>. Acesso em: 03 set. 2024.

DU BOIS, W. E. B. **Black reconstruction in America, 1860-1880**. New York: Touchstone, 1995.

DU BOIS, W. E. B. **Darkwater: Voices from within the veil**. New York: Harcourt, Brace and Howe, 1920.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2022: características da população e dos domicílios: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 mai. 2024.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador: Editora da UFBA. 2008.

FARIAS, Erika. Agência Fiocruz de Notícias. **Pesquisadora explica conceito de branquitude como privilégio estrutural**. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/pesquisadora-explica-conceito-de-branquitude-como-privilegio-estrutural>. Acesso em: 9 out. 2024.

FRANKENBERG, Ruth. **White women, race masters: The social construction of whiteness**. Minneapolis: University of Minnesota. 1999.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar. 2020. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-american-o.pdf>. Acesso em 18 mai. 2024.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero. 1982.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Raça e os estudos de relações raciais no Brasil**. Novos Estudos CEBRAP, n. 54, p. 147-156, 1999. Acesso em: 10 setembro. 2024.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. Novos Estudos. São Paulo, n. 43, p.26-44, 1995.

LIESA - Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro. **Histórias para ninar gente grande**. Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira. Rio de Janeiro: 2019. Disponível em: <<https://liesa.globo.com/memoria/outros/carnavais/2019/mangueira/samba-enredo.html>>. Acesso em: 02 mai. 2024.

LIMA, Juliana Domingos de. **Lia Vainer Schucman: “Se tem um país que é supremacista branco, é o Brasil”**. Geledés, 10 mar. 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/lia-vainer-schucman-se-tem-um-pais-que-e-supremacista-branco-e-o-brasil/>. Acesso em: 02 out. 2024.

MACIEL, Maria Eunice de Souza. **A Eugenia no Brasil**. Anos 90 : revista do Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre. 1999, p. 121-143. Disponível em:< <http://hdl.handle.net/10183/31532>>. Acesso em: 25 março. 2024.

MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. São Paulo: Atlas, 2021.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

MOURA, Bruno de Freitas. **Maior presença de negros no país reflete reconhecimento racial**. Agência Brasil. Disponível em: <[MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 3ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.](https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-12/maior-presenca-de-negros-no-pais-reflete-reconhecimento-racial#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20brasileira%20est%C3%A1%20tendo,identifica%20como%20preta%20ou%20parda.>>. acesso em: 16 mai. 2024.</p>
</div>
<div data-bbox=)

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Tradução . Niterói: EDUFF, 2004.

NASCIMENTO, do Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**. Processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para branquitude. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs). Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 59-90.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Patologia social do ‘branco’ brasileiro**”. In: GUERREIRO RAMOS, Alberto. Introdução crítica à sociologia brasileira. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1957.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Branquitude: a Identidade racial branca refletida em diversos olhares**. In: Maria Aparecida da Silva Bento; Marly de Jesus Silveira e Simone Gibran Nogueira. (Org.). *Identidade, branquitude e negritude - contribuições para a psicologia social no Brasil: novos ensaios, relatos de experiência e de pesquisa*. 1ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014, v. 1, p. 111-125. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/332797374_Identidade_Branquitude_e_Negritude_-_contribuicoes_para_a_psicologia_social_no_Brasil. Acesso em: 26 jan. 2024.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz.; GOMES, Flávio dos Santos. **ESCRAVIDAO E LIBERDADE 50 textos críticos**. São Paulo. Companhia das Letras. 2018. Disponível em: https://contrapoder.net/wp-content/uploads/2020/04/SCHWARCZ-_-GOMES-2018.-Dicion%C3%A1rio-da-escavid%C3%A3o-e-liberdade.pdf. Acesso em: 07 set. 2024.

SILVA, Hernani Francisco da. Geledés. **Definições sobre a branquitude**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/definicoes-sobre-branquitude/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Campus Sant’Ana do Livramento. UNIPAMPA. 2024 Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/international/unipampa/campi/campus-santana-do-livramento/#:~:text=O%20campus%20Santana%20do%20Livramento,%20cursos%20de%20p%C3%B3s%20gradua%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 30 out. 2024.

VILELA, Pedro Rafael. Mulheres negras são 65% das trabalhadoras domésticas no país. Agência Brasil, 27 abr. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-04/mulheres-negras-sao-65-das-trabalhadoras-domesticas-no-pais>. Acesso em: 30 out. 2024.

ANEXOS

ANEXO 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Autodeclarado:

Roteiro de questões para entrevistas

1. Você sabe a origem da sua família?
2. Onde você nasceu e cresceu?
3. Qual a sua classe social? classe média baixa/pobre
4. Para você, o que é ser branco?
5. Você acha que ser branco, tem influência no seu cotidiano?
6. O que é racismo? Você acha que existe racismo no Brasil?
7. O que você acha que poderia ser feito para combater o racismo?
8. Você já presenciou alguma situação de racismo? Se sim, alguma ocorreu dentro da universidade?
9. Você acha que um indivíduo possui vantagens e privilégios por ser branco?
10. Você tem contato com pessoas de origens raciais diversas? Caso não tenha, por que você acha que não tem?
11. Qual a sua opinião sobre cotas raciais para negros na universidade?
12. No Brasil, cargos de maior prestígio como médicos, políticos, empresários, advogados, juízes, diretores, são em maioria de indivíduos brancos. Você acha que tem algum motivo que justifique essa maioria?
13. Você tem colegas negros no campus?
14. Como você percebe a predominância de indivíduos brancos em cargos de poder dentro do campus? Quais você acredita que são os fatores que contribuem para essa situação?

ANEXO 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARTICIPANTE

PESQUISA: “A branquitude: uma pesquisa de campo no campus Sant’ana do Livramento”

PESQUISADORA: Anna Paula da Trindade da Silva

Esta é uma pesquisa de graduação que tem como finalidade compreender como a branquitude se manifesta nos discursos e experiências de discentes, docentes e funcionários do campus Santana do Livramento da Universidade Federal do Pampa.

O tempo da entrevista depende do desenvolvimento de suas respostas, mas presume que, em média, dure aproximadamente 1h. Você tem a liberdade de se recusar a participar e tem a liberdade de desistir de participar em qualquer momento que decida sem qualquer prejuízo. No entanto, solicitamos sua colaboração para que possamos obter melhores resultados na pesquisa.

Serão solicitadas algumas informações sobre sua prática profissional, opiniões pessoais e experiências em situações que envolvam questões raciais.

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais de nenhuma ordem e os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, conforme art. 1º, parágrafo único. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à sua dignidade.

Todas as informações coletadas nesta pesquisa são estritamente confidenciais. Acima de tudo, interessam os dados coletivos e não aspectos particulares de cada entrevistado. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa.

Ao participar desta pesquisa, você não terá nenhum benefício direto; entretanto, esperamos que futuramente os resultados deste estudo sejam usados em benefício de outras pessoas, sobretudo para o avanço das questões raciais.

Você não terá nenhum tipo de despesa por participar deste estudo, bem como não receberá nenhum tipo de pagamento por sua participação. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para que participe desta pesquisa. Para

tanto, preencha os itens que se seguem:

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, aceito participar desta pesquisa.

Assinatura do participante: _____

Nome do participante:

Local e data:

Assinatura da pesquisadora: _____

Nome da pesquisadora: Anna Paula da Trindade da Silva

Local e data:

Agradecemos a sua autorização e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais. A pesquisadora responsável por esta pesquisa é a discente Anna Paula da Trindade da Silva. Caso queira contatar a pesquisadora, isso poderá ser feito pelo e-mail annasilva.aluno@unipampa.edu.br.